

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - Medicamentos		
EVENTO : Reunião ordinária	Nº: 0068/00	DATA: 08/02/00
DURAÇÃO: 2h49min	PÁGINAS : 72	QUARTOS: 21
REVISOR: ROBINSON		
SUPERVISOR: NEUSINHA		
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO		
SUMÁRIO: Discussão acerca de requerimentos solicitando quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos Srs. Eduardo Brasileiro de Miranda Rangel, da Empresa Quimioterápica Brasileira Ltda.; Helvécio Miranda Rangel, da Empresa Sidone; Marcos Borges de Miranda; Elcio Pereira Martins; das Sras. Roseli Morais Ferreira Goulart e Genilda Pereira Rangel, e da Empresa Mirabile Ltda.		
OBSERVAÇÕES		
<p>Transcrição <i>ipsis verbis</i>. Há oradores não identificado. Há intervenções inaudíveis. Há termos ininteligíveis. A reunião foi suspensa à pág. 15.</p>		

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Magela) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 21ª Reunião desta Comissão, convocada em caráter reservado. Tendo em vista a distribuição de cópias da Ata da 20ª Reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade da sua leitura. Aproveito e passo a Presidência ao nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu só queria explicar o atraso que estava dando informações à imprensa sobre a natureza desta reunião. Dada a informação, passamos à votação da ata. Os Srs. Deputados que quiserem discuti-la, queiram usar da palavra; os que não quiserem, não o farão. Como ninguém quer discutir, considero a ata em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada. Comunico que esta Presidência recebeu ofício do Banco do Brasil, do Banco Central, encaminhando informações relativas às operações CC-5, efetuadas por laboratórios farmacêuticos e ao envio de lucros e **royalties** dessas empresas para o exterior. O documento se encontra à disposição dos Srs. Deputados. O ofício do Laboratório Farmácia e o (*ininteligível*), esclarecendo que em sua última reunião, sua última lista de preço referente aos produtos Depo-Provera, 150mg, suspensão, seringa preenchida, 1mm, foi publicada incorretamente como sendo de 23,44, quando o correto é 19,91, e que já teriam sido tomadas as providências cabíveis para corrigir o erro. Carta do Sr. José Eduardo Bandeira de Melo, Presidente da ABIFARMA, encaminhando cópia de carta que enviou à revista **Época** e ao **Jornal do Brasil**, não é de Brasília, ou de Brasília ou do Brasil, **Jornal de Brasília**, em resposta a supostas declarações suas. Telegrama do Sr. Kennedy Cabral de Miranda, parabenizando os trabalhos da Comissão e denunciando que o CADE e a Secretaria de Acompanhamento Econômico não teriam dado andamento ao processo de controle de preços máximos ao consumidor. Fax do Laboratório SEDABEL, enviando planilha de custos do medicamento Caporil mg, com 30 comprimidos. Ordem do Dia. Eu queria submeter aos Srs. Deputados, na última reunião nós havíamos falado em convocar o Sr. Fernando de Castro Marques, Presidente da ALANAC, dada a insatisfação de alguns Srs. Deputados pela presença aqui da Dra. Sara Kanter. Eu havia dito que ele seria convocado para esta reunião, mas houve uma informação de que o filho dele estava doente e a impressão que eu tive é que a senhora havia prestado as

informações daquela instituição. Então, eu gostaria de consultar se nós vamos manter esse convite da ALANAC. A informação que ela me deu é que ele havia estado por duas vezes nas Comissões, prestado informações.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu gostaria de manter a convocação, ainda que haja necessidade de nós contemporizarmos a data, em razão da colocação que foi feita. Mas eu quero manter a convocação, eu que insisti na semana passada, logicamente atrasando uma nova data em razão do problema de saúde do seu filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vamos considerar esse requerimento **stand by**, não vamos convocá-la se houver oportunidade, entendeu? Não é? O Deputado Fernando Zuppo havia pedido para a gente pedir informações ao Ministério da Saúde sobre os motivos que levaram à demissão do cargo do Sr. Silas Gouveia, deixar o cargo naquele Ministério. Esse requerimento já foi aprovado. Consulto se, em vista da função, da presença aqui, nós deveríamos manter o requerimento. Devo fazê-lo?

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Eu acredito que em função da presença e das explicações que ele deu aqui, eu acho que estão superados os motivos que me levaram a fazer esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, eu considero também esse requerimento prejudicado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Nós vamos ter cópias desses documentos aí iniciais, do Banco Central, com a CC-5?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Está certo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, serão distribuídas cópias de todos os documentos. Bem, esta Comissão...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu só queria indagar de V.Exa., não sei se seria agora a oportunidade, mas em razão da última audiência pública realizada, quando o Presidente da ABRAFARMA se referiu à questão dos BOs, em seguida ficou em aberto. Eu acho que se a gente não tomar alguma providência complementar e deixar para uma outra oportunidade, vai dar a

impressão que nós engolimos aquilo e ficou sem uma continuidade de tomada de providência.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pela ordem, Sr. Presidente. A esse respeito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Como V.Exa. sabe,...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, Deputado Arlindo Chinaglia aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah, sim, perdão. Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu fui quem, entre outros, mas talvez tenha sido o primeiro a pedir àquele senhor que dissesse o nome dos medicamentos que ele tinha feito referência na condição do chamado BO, bem como os laboratórios que os fabricavam. Ele falou que não sabia. E eu propus e ele aceitou, isso está gravado, que ele enviasse posteriormente. Então, é a primeira proposta da Comissão, como o Deputado Arnaldo levantou, é que ele prometeu, portanto, eu queria propor que nós fizéssemos um requerimento para que ele enviasse. Está gravado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Essa proposta do Arlindo Chinaglia basta para mim. Se essa proposta do Deputado Arlindo Chinaglia for formalizada em que ele apresente os indícios que ele tem, não há necessidade de provas, os indícios que ele tem dos laboratórios que praticam a venda com bonificação me satisfaz. A proposta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, olha, o problema é o seguinte: tendo em vista o que ficou decidido quando V.Exa. interrogava e de que ele havia prometido e eu tomei o compromisso solene do depoente de que ele enviaria os documentos, eu pedi ontem para o Secretário da Mesa cobrar de S.Exa. as informações, que eles nos mandasse imediatamente. Nada impede que eu formalize por escrito uma cobrança, entre hoje e amanhã. Eu posso fazê-lo, mas vamos cobrar, e eu, aliás, já disse que se ele não mandar nós vamos reconvocá-lo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, só completando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, uma cobrança, combinando um prazo, porque se ficar em aberto a coisa piora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Claro, vamos dar prazo, exatamente.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Sr. Presidente, eu quero dar uma informação importante. Acabo de vir do meu gabinete e como é esse depoente eu estou chegando agora, estou pegando assunto já rapidamente sem grande profundidade. Naturalmente se estão aguardando aquelas informações do Presidente da Associação Brasileira, o Dr. Camargo. Ele acabou de me telefonar e está mandando entregar aqui todo o material, com livro, com informações, com tudo isso. Ele acredita que até amanhã de manhã está aí. Eu faço chegar às mãos do Presidente e do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, pela ordem. Sobre o assunto ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem o Deputado Robson Tuma, havia pedido primeiro. Tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, agradeço. Para ir de encontro, como o próprio Presidente falou, o Presidente da ABIFARMA também ficou de nos mandar uma relação dos remédios que os laboratórios poderiam cobrar a 1 real e as condições para isto, e que também, no mesmo sentido, V.Exa. oficiasse ele, dizendo que nós estamos aguardando a lista de remédios da cesta básica que serão vendidos a 1 real à sociedade brasileira.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, sobre esse assunto,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu gostaria, antes de prosseguir nisso, na última reunião, em função do que eu ouvi dos Srs. Deputados, sugestões de uns três ou quatro Deputados, que essa reunião fosse reservada no seu começo, eu a convoquei reservada. Eu consulto os Srs. Deputados...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Sr. Presidente, eu estava esperando a oportunidade para falar sobre esse assunto e pedir, se porventura a Comissão decidiu por uma reunião reservada, uma revisão. Eu acho que esta CPI, acima de tudo, tem que estar com a imprensa permanentemente aqui junto

conosco. Não há nenhuma razão para reserva de prestação de depoimento, de argumento, de documentos. Acho que o melhor pra nós é que a imprensa esteja permanentemente fiscalizando e acompanhando os nossos atos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Também sou a favor que seja revista a posição de ser uma sessão reservada, abrindo a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, primeiro, o Deputado Magela. Eu queria colocar... Vamos suspender, pela ordem, para decidir isso ou prosseguimos assim?

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sobre esse assunto, da imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sobre esse assunto, tem a palavra V.Exa..

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, eu acho que a CPI já está trazendo resultados pela sua ação, mesmo durante o processo de andamento dessa CPI. Quer dizer, a sua ação tem sido vigorosa. E eu acho que essas ações que já estão surgindo, os genéricos chegando na farmácia, beneficiando diretamente a sociedade, eu acho que a razão disso é exatamente a farta divulgação e a cobertura da imprensa. Então, eu acho que não temos nenhuma razão pra fazer aqui reunião reservada, longe da imprensa, sem que ela esteja acompanhando cada palavra que se diz aqui, cada vírgula que se coloca. Então, faria um apelo a V.Exa., que permita que essa imprensa assista essa reunião. Não vejo porque fazermos uma reunião fechada ou reservada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Caropreso com a palavra.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares, eu acho que em relação a essa decisão que tomaremos ou se manteremos essa conduta ou abriremos pra imprensa, seria importante ouvirmos até o Relator e o Presidente, a razão pelas quais assim procederam, fazendo essa reunião reservada. Acho muito importante que o Presidente e o Relator opinem pra que a gente possa analisar que situação nós vamos optar.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, pela ordem, sobre o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Eu gostaria também e acho muito importante que a gente ouça o Relator, porque é uma reunião para programação de trabalho pra gente tomar aqui decisões importantes com relação ao próprio andamento da CPI. Então, eu sou favorável que os nossos trabalhos sejam feitos aqui com as portas abertas e com a presença livre de quem quiser, da imprensa e tudo mais. Apenas eu gostaria de ouvir o Relator se, para organizar, para ordenar os trabalhos, a reunião não seria mais produtivas entre nós, depois abriria, ainda hoje mesmo? O que eu temo também, Sr. Presidente... Eu quero apenas fazer um alerta, é coisa que aconteceu comigo ainda hoje. Foi colocado aqui, há poucos dias, um negócio, uma compra por uma empresa de material, que seria superfaturado. A empresa mandou hoje a relação, a nota, a tabela, mostrando que houve um equívoco na formulação inicial. Então, receio também que, se as coisas não forem bem avaliadas, de repente, nós podemos colocar uma empresa fraudulenta, como inidônea, de forma incorreta. Então, também queria apenas alertar pra isso, pra gente não cair nesse erro, que aí é um erro que desmerece a nossa CPI.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, sobre o assunto. Rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Eu acho que, se todos assim decidirem, a maioria decidir que a reunião seja aberta, muito bem. Mas aí o apelo que eu gostaria que V.Exa. fizesse é que os Deputados, que realmente produzissemos um trabalho. Na reunião passada, com imprensa e tudo, nós não conseguimos chegar a lugar nenhum. Nesse momento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O apelo de V.Exa. está encaminhado aos Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, esta é uma situação um pouco delicada, porque a gente nota perfeitamente a tendência da Comissão e o risco enorme que se tem de ponderar algo com relação à imprensa, logo eu que sou jornalista. Mas eu como gosto das causas difíceis, eu me considerarei voto vencido. Mas eu acho que nessa reunião a gente devia ser objetivo no que se refere à quebra de sigilo e depois abri-la. Porque na quebra de sigilo nós vamos discutir critérios e esses critérios podem dar margem a interpretações de incluir um, de excluir outros e tal. É um risco para a própria imagem da Comissão. Se a gente informasse o resultado, a Comissão decidiu ou por unanimidade ou por tantos votos

quebrar o sigilo de tais e tais e tais empresas, era um critério da decisão, da Comissão. Mas se nós, aqui, passarmos uma hora ou duas, como vamos passar, discutindo se é fulano, se é nacional, se é internacional, se é empresa tal, qual, nós vamos dar margem, naturalmente, dentro do livre exercício da divulgação dos fatos, a mil e uma versões e interpretações. Agora, eu não sou contra, não vou dizer que sou contra, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Quem sabe é.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Mas há... Eu ponderaria isso. Mas como a pendência é abrir, vamos correr esse risco.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eminente Relator, Ney Lopes, por maior e mais delicada, mais complexa e mais difícil que seja a nossa tarefa, é bom que façamos com transparência. A imprensa que dê aqui a interpretação que quiser e assuma a responsabilidade por um ou outro exagero. Agora, não nos cabe fazer qualquer tipo de reunião reservada no momento em que nós estamos numa CPI com uma rentabilidade, como disse o nosso Deputado, com enorme publicidade, com uma sustentação e cobertura muito grande, graças à imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Eu tomei a liberdade de consultá-los sobre a matéria, havia uma decisão, e eu tomei a iniciativa de fazê-lo, porque... Eu tomei a liberdade de consultá-los, porque na outra reunião me foi solicitado que nós fizéssemos. Agora, eu recebi um apelo da imprensa e vi mesmo... vi pela imprensa que alguns Deputados se manifestaram a favor. Então, eu vou consultar os Srs. Deputados sobre a matéria...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sobre a matéria, Sr. Presidente. Tem acontecido, quando, por exemplo, alguém entra no Supremo pedindo para que se suspenda a votação, alguma quebra de sigilo, e como nós vamos, exatamente, discutir sobre esse aspecto, o Supremo pede a parte oficial da Casa, ou seja, o Diário da Casa... E na sessão reservada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Não, não está em jogo isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não, não. Porque os argumentos que o Relator usou foi exatamente por causa que seria discutido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Não tá em jogo isso, não tá em jogo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Só para terminar, Sr. Presidente. E se nós votarmos quebras de sigilo em sessões reservadas, o que foi discutido na sessão reservada não poderá ser usado posteriormente. Então, tem-se evitado na Casa se fazer votações de quebras de sigilo em sessões reservadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Em absoluto. Não, não procede, Deputado. A sessão reservada fica com ata, fica com tudo, entendeu? É legal. São as secretas que não são divulgadas.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Nós precisaríamos, na verdade, de assessores jurídicos e legislativos da Casa. Nós não temos área específica e jurídica. Nós temos excelentes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Eu já decidi essa questão, Deputado Tuma. A sessão reservada não impede que se use os argumentos. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Sobre a matéria. Sr. Presidente, eu ouvi atentamente as ponderações do Relator, entendo que o Deputado Ney Lopes tem uma vasta experiência e estava procurando preservar, evidentemente, os membros da Comissão. Mas é bem verdade que outras interpretações também acontecerão na imprensa por conta da sessão reservada. Quer dizer, interpretações várias podem acontecer colocando em dúvida até o trabalho, aqui, da Comissão. Mais uma coisa: eu entendo que existem poucas situações em que se deva fazer uma sessão reservada. No meu entendimento, quase que uma única situação em que se possa fazer uma sessão reservada, se recomende uma sessão reservada seria para aumentar a produtividade da Comissão no sentido de preservar, proteger uma ação futura que necessite ser sigilosa, ou no caso em que um depoente possa se sentir constrangido pela imprensa e que a Comissão possa tirar melhor proveito daquela situação. Quer dizer, a própria imprensa só vai-se sentir satisfeita quando se decidir por sessão reservada se a sessão reservada buscar uma maior produtividade da Comissão. Para proteger a própria Comissão, não há como deixar dúvida. Então, entendo que sob esse ponto de vista, como também ensejaria outras interpretações, entendo, Deputado Ney Lopes, que a gente devesse abrir a sessão imediatamente ou tão logo o Presidente decida.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Não. Quem decide aqui são... Eu vou prestar uma informação. O nosso problema aqui se trata de nós vermos qual é a extensão que nós vamos — entendeu? — quebrar o sigilo. E, evidentemente, eu já ponderei aos nobres colegas e não cabe a mim avançar mais, de que se nós abrirmos em demasia o leque, nós, primeiro, vamos ter um monte de informações, etc., se é que elas vêm. Segundo, corremos o risco em, não fazendo de acordo com a argumentação direitinha, que o Supremo possa nos derrubar isso e nós levarmos uma bola nas costas. Então, se nós estamos fazendo um trabalho que todos os senhores acham que está bom — e eu concordo integralmente — então, nós não podemos levar bola nas costas. Então, eu só queria era isso, que nós tivéssemos presente isso. Eu tomei a liberdade hoje de telefonar pra um Ministro do Supremo que, casualmente, é meu conterrâneo, meu amigo, que é o Ministro Jobim. E ele me expressou o seguinte: olha, Marchezan, vocês têm é que fundamentar bem as questões. É um problema jurídico, mostrar as razões pelas quais são necessárias essas informações. E me disse ele: há outras CPIs que, muitas vezes na emoção, vão quebrando assim sem justificativa. Aí, isso não tem amparo. Para que haja a quebra justificada é preciso que eu tenha nos Anais a fundamentação e nos expedientes que eu vou assinar. Se ninguém tiver nada a opor, pelo que eu ouvi, vou mandar abrir a sessão. É isso que os senhores querem ou não? Então, está aberta. A sessão tá aberta. Pode mandar abrir a porta.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, pela ordem. É rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Deputado Magela havia pedido antes.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É sobre o assunto, se o Deputado Magela me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Bom, se ele permitir. Não sei.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não poderia negar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É ainda sobre o assunto que V.Exa. acaba de levantar. Com essa preocupação, que parece que é uma unanimidade entre os advogados, que há necessidade de uma formulação correta dos requerimentos que solicitam quebra dos sigilos fiscal e bancário, eu tive a preocupação de ir hoje à Secretaria da CPI pra ir atrás dos processos com a sua

devida numeração. E eu percebi, Sr. Presidente, que nós não temos ainda na CPI a documentação toda numerada como requer qualquer processo que tramite na Justiça. Então, eu acho que seria uma providência porque, quando apresentamos requerimento pra apresentar as suas justificativas, a sua fundamentação, nós temos que localizar de acordo com as páginas do processo, da primeira à última. Então, eu acho que seria uma providência, que a Secretaria, que tem tido muito boa vontade e competência na condução do apoio dessa CPI, deva tomar imediatamente para que a gente possa melhor trabalhar os nossos requerimentos, principalmente, aqueles que solicitam quebras de sigilo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Com a palavra o Deputado Magela.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, V.Exa., quando eu estava pra usar pela ordem, V.Exa. pediu pra decidir a abertura ou não da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Sim. Eu propus que nós examinássemos isso com a concordância de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Claro, claro. E, portanto, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- E saudamos a imprensa que se encontra já conosco, graças à decisão.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Então, na verdade, Sr. Presidente, eu retorno exatamente àquele ponto no qual nós havíamos parado. E havia um debate iniciado sobre a questão da declaração do Dr. Aparecido Camargo, BOs ou não. Eu tenho algo a falar sobre isso, mas eu queria contribuir com a condução da reunião. Então, eu quero pedir a V.Exa. que nos informe a pauta ou a seqüência dos trabalhos, porque, como aquele foi um assunto levantado e os Deputados começaram a falar sobre ele, eu também queria me pronunciar sobre ele, mas no momento devido, no momento em que ele for analisado. Então, eu quero pedir a V.Exa. que a gente comece aqui pela ordem que V.Exa. estabeleceu e depois entramos nos demais assuntos que tenhamos que tocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Sim, nós temos, na verdade, são três

assuntos hoje na Ordem do Dia. O primeiro deles seria esse problema de Uberlândia. O segundo seria uma proposta do Relator para a quebra desse sigilo fiscal, sobre o qual nós temos conversado, e o terceiro seria se nós pudéssemos

avançar sobre uma série de requerimentos que se encontram pautados e os Srs. Deputados têm cópia para, sobre eles, deliberar. Se ninguém tiver objeção, nós começaremos por decidir sobre Uberlândia, entendeu? Então...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, na última reunião, em decorrência de relativa divergência, inclusive entre os membros da CPI que lá estiveram, foi sugerido um encaminhamento para que estes Deputados, que é o Deputado Bittencourt, se reunissem com o Relator e, quem sabe, fizessem a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- ... se reunissem com o Relator e nos trouxessem o parecer.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso. Essa seria a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Por isso eu dou a palavra ao Sr. Relator para falar sobre a matéria, esperando que ela tenha amadurecido e cheguemos a um final mais rapidamente e a um final feliz.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de uma forma objetiva, todos já conhecem a matéria de fato. Trata-se de indícios veementes de práticas, de atos, não somente ilícitos, mas criminosos. Eu tive contato com os três colegas que fizeram o trabalho de uma forma muito meticulosa, trazendo para nós, na diligência feita, os elementos possíveis, mas, muitas vezes, até se em relação a um ou outro personagem. Não há uma relação de causa e efeito bem nítida, mas no conjunto há, de que se trata de um ato delitioso. Então, com a concordância dos três colegas, que é a minha também, eu opino pela quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico de todos os nove indiciados no relatório apresentado na diligência feita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Regimentalmente eu devo perguntar se ninguém quer discutir. Se ninguém quiser discutir a matéria, eu...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu não quero discutir a matéria, mas, regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Vou encaminhar a votação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ... precisam ser citados individualmente cada um dos nomes. Não pode apenas ser citados os indiciados. A ata tem que constar o nome de cada um deles, o seu CPF, o nome de cada pessoa jurídica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Eu desejo que o Sr. Relator leia o nome e tudo destas pessoas para que conste da ata. Eu não posso constar da ata. Eu preciso que V.Exa. leia e vamos...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, eu me dispensei, por uma coisa que nos tribunais se chama economia processual, de fazer essa leitura. Obviamente, todos os documentos da diligência, menções, nomes, todos os detalhes, já estão nos arquivos da CPI. Eu requeiro a V.Exa. que estabeleça a anexação a essas minhas razões orais agora.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Presidente, eu creio que, com a discussão já feita aqui anteriormente, mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Eu desejo que a Secretaria me forneça, nesse instante, os nomes para que eu possa lê-los para que haja o formalismo jurídico. Vamos ler.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Os nove nomes. Os nove nomes que são requeridos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Pela ordem, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Apenas eu gostaria de cumprimentar o Relator pela objetividade e pela competência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Eu também o cumprimento e faço minhas as palavras de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - É isso que eu gostaria de fazer. Eu estive lá em Uberlândia e acho que ele está plenamente correto na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Eu recebi requerimento... Senhores, me perdoem, eu preciso ser tremendamente objetivo. Eu preciso que os Srs. Deputados que aqui se encontram saibam os nomes dos quais estamos quebrando. Isso é formalismo. Isso é direito. Então, eu não posso consultar o Relator. Eu queria saber quais são os nomes. Aqui eu tenho: Élcio Pereira Martins. Os Srs. membros da CPI podiam...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, pela ordem. Eu acho que é temerário V.Exa., imagino, para contribuir com V.Exa. Imagine se consta da ata que o Presidente começa a perguntar se esse consta ou não? Daria, quem

cabe, uma interpretação equivocada. Então, eu penso que, como encaminhamento ou....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Então, eu peço que alguém leia os nomes.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Posso ler os nomes, se me permite.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu acho que tem que haver uma proposta formal, Sr. Presidente. O Sr. Relator fez a proposta e falou que propunha dos nove em comum acordo

com os três Deputados e propôs também que fosse aditado aquilo que tinha sido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Até pra que a imprensa possa ter os nomes, né?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Senão vamos fazer uma sessão pública com os nomes secretos...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, tem que passar... Claro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero... Senhores membros da Comissão, Sr. Relator, que apresente os nomes.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Posso...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quem é que está pedindo pela ordem?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Deputado Geraldo Magela...

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Estou pedindo há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Hein?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Deputado Geraldo Magela... Eu considero porque o Presidente, o Vice-Presidente, Deputado Luiz Bittencourt...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu suspenso a reunião, logo que V.Exa. termine... Conclua, Deputado. Conclua.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu queria pedir ao Deputado Luiz Bittencourt, que é o Vice-Presidente, o 1º Vice-Presidente desta Comissão, que foi

o coordenador da comissão que foi a Uberlândia, que ele pudesse fazer a leitura dos nomes, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Já pedi ao Relator e aos membros da Comissão, de forma que a proposição de V.Exa. reforça o que acabava de decidir. Com a palavra o nobre Deputado José Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas, nós ficamos rodeando em torno do mesmo eixo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não estamos rodeando. Estamos tentando sair.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - ... porque nós temos agora de fazer algo bastante objetivo. Vamos ler os nomes e terminou essa discussão, se aprova ou desaprova, porque tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas o que estou pedindo...

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - ... de imediato outros assuntos... Estou vendo aqui a quantidade de relatórios que tem que ser aprovados e vai já chegar a Ordem do Dia e nós não saímos do lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu estou de acordo com V.Exa., inteiramente de acordo. A proposição de V.Exa. reforça a decisão que a Mesa acaba de adotar. Vou suspender a reunião por cinco minutos para que o Relator e os senhores membros da diligência apresentem os nomes para que sejam lidos. Está suspensa a reunião por cinco minutos. (Pausa.)

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Reabro os trabalhos e concedo a palavra ao Sr. Relator para que faça a leitura da sua proposição e dos nomes que propõe seja quebrado o sigilo bancário, fiscal...Telefônico?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Telefônico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o nobre Deputado Ney Lopes.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de dar uma palavra sobre a metodologia deste procedimento. Nós aqui não estamos decidindo sobre nada novo. Nos Anais da Comissão existem notas taquigráficas relatando a diligência feita, além de relatórios complementares apensados pelos três Srs. Deputados que fizeram a diligência. Evidentemente que

na fundamentação desta quebra de sigilo irão essas notas taquigráficas, irão os documentos trazidos de Uberlândia e os arrazoados feitos pelos três eminentes Deputados. Por exemplo: o que a legislação prevê na quebra do sigilo é a individualização daquele que vai ter a penalidade imposta ou a diligência contra si imposta. É evidente que nós vamos precisar do CPF. Este CPF, ele vai ser ou recolhido do inquérito — se eles já foram ouvidos deve ter no inquérito policial —, ou um ofício que será solicitado à Receita Federal, num procedimento semelhante àquele do processo legislativo em que nós aprovamos um projeto de lei e depois tem a redação final. Não é obrigado, agora, termos todos esses elementos. Daí por que do relatório feito pelos eminentes Deputados constam como indiciados para a quebra do sigilo telefônico, bancário e fiscal individualizando, portanto, conforme solicitou o Sr. Presidente, primeiro, o Sr. Elcio Pereira Martins; o Sr. Marcos Borges Miranda; a Sra. Genilda Pereira Rangel; a Empresa Quimioterápica Brasileira Ltda.; a Sra. Roseli Moraes Ferreira Goulart; o Sr. Helvécio Miranda Rangel; a Empresa Mirabile Ltda. e a Empresa Sidone. Estes são, na indicação de pessoa física e jurídica, aqueles cujos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Relator, um aparte.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - V.Exa., quando falou a primeira vez, falou em nove. Agora, falou oito.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - São oito. Eu falei oito, não?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não. Ia quebrar nove. Agora, tem oito.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Mas é porque... Não tem uma explicação: é que, na diligência, vinha o pedido de quebra de sigilo de uma conta bancária. É evidente que nós não podemos quebrar sigilo de uma conta bancária sem saber de quem é.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não conseguimos ainda chegar no dono da conta. Por isso, não foi lido.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Por isso é que foi retirado por um parecer nosso, inclusive. Então, tem que ser ou pessoa física ou pessoa jurídica. Vamos fazer o arrazoado por escrito. Vamos qualificar essas pessoas físicas e jurídicas e, evidentemente, iniciar o procedimento da quebra do sigilo, na forma da lei.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sr. Presidente, questão de ordem.

Dentre os requerimentos, constam dois: um, convocando pra depor Eduardo Brasileiro de Miranda Rangel e, outro, também convocado a depor Marcelo Correia da Silva. Quer dizer, esses requerimentos nós votaríamos também agora, já convocando-os pra deporem na Comissão? A pergunta é ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não. Eu acho que não.

Dos que estão propostas a quebra de sigilo — vou repetir —, não consta nada disso. A Empresa Mirabile Ltda., Elcio Pereira Martins, Marcos Borges de Miranda, Genilda Pereira Rangel, Empresa Quimioterápica Brasileira Ltda., Roseli Pereira Goulart, Helvécio Miranda Rangel e Empresa Sidone, como oitava. São os que estão, e não consta, portanto, nenhum desses...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Não. Existe, dentre os requerimentos...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, além desses requerimentos de quebra de sigilo, existem alguns requerimentos convocando para depor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, mas a pergunta do nobre Deputado é se constava aqui esses requerimentos. Esses são requerimentos para serem decididos posteriormente. Posteriormente, vamos decidir esses requerimentos, entendeu? Bom, eu recebo esses requerimentos e vou fazer a seguinte informação aos Srs. Deputados: esta Presidência, tendo em vista um requerimento do nobre Deputado Luiz Bittencourt, que denunciava que, na cidade de Uberlândia, havia a notícia de que ali funcionava um laboratório clandestino, e naquele requerimento, S.Exa. pedia para se constituir uma comissão em diligência para ir até aquela cidade. A Câmara, ou melhor, esta CPI designou três Deputados — o autor do requerimento, que é Vice-Presidente desta Comissão, o Sr. Deputado Carlos Mosconi e o Sr. Deputado Robson Tuma, que é Relator-Adjunto do Sr. Relator-Geral —, para irem àquela cidade. No retorno, estes Deputados apresentaram, conforme consta da ata, um arrazoado mostrando que, naquela cidade, havia, efetivamente, um laboratório clandestino, que foi fechado pela polícia do Estado, com a presença dos Deputados, e que este laboratório clandestino, ligado a algumas destas pessoas, e que algumas destas pessoas ligadas a este laboratório clandestino estavam ligadas a estas empresas que aqui são citadas. E justificavam os Srs. Deputados que, para medir a extensão da ação empresarial, da

ação daquele laboratório, do envolvimento daquele laboratório com outros laboratórios, aquele laboratório clandestino com outros laboratórios e, inclusive, com distribuidoras, entendeu, seria necessária a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico, para poder estabelecer esta relação. Trouxeram, naquela oportunidade, mais, inclusive uma série de produtos que se encontram na Secretaria, que seriam fabricados e distribuídos, ora por este laboratório clandestino, ora a pedido de outros laboratórios, cuja justificação se encontra. Então, tendo presente estas razões que eu acabo de tentar sintetizar, porque não consegui que nenhum dos Srs. membros fizessem, porque já se encontra, eu coloco em votação o requerimento da quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos nomes de pessoas e empresas, em número de oito, que acabo de ler. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado por unanimidade, presente, acho, que a totalidade dos Srs. Deputados, conforme, aliás, consta da lista de assinaturas. Aprovado. Vamos pedir agora o CPF e imediatamente vou encaminhar às autoridades o pedido da quebra desses sigilos, conforme acaba de decidir esta Comissão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, o CPF no caso das pessoas físicas e o CGC ou CNPJ no caso das pessoas jurídicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Correto. Obrigado pelo esclarecimento de V.Exa. (Pausa.) Concluído o primeiro item da pauta, passemos ao segundo. O segundo se trata... Eu queria, antes de passar ao segundo, dizer e chamar a atenção dos Srs. Deputados para uma informação que acabei de receber que consta que são as informações que eu recebi do Laboratório Sedabel, que logo encaminharei cópia aos Srs. Parlamentares. O segundo item da pauta é o Sr. Relator que gostaria de falar para propor medidas e providências perante a Comissão. Por isso, concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado Ney Lopes.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última reunião, encaminhei a essa Presidência o seguinte requerimento de informações: "O Relator infra-assinado vem, respeitosamente, solicitar a V.Exa. sejam requeridas junto à Receita Federal informações, a fim de que em relações aos insumos e empresas indicadas seja esta CPI informada do seguinte: 1) As importações realizadas por cada empresa do insumo indicado no período de 1997 a 1999; 2) Qual o preço dessas importações; 3) Qual a origem e procedência das importações referenciadas, esclarecendo se é caso de operação realizada entre

empresas transnacionais, inclusive de matriz para filial; 4) Comparar, detalhadamente, os preços praticados no mercado internacional com os valores declarados à Receita; 5) Esclarecer se cada uma das empresas mencionadas recolheu à Receita Federal, das importações de insumo realizadas, os impostos devidos, inclusive em relação às normas legais vigentes no País, aplicáveis a preço de transferência. Sala da Comissão, 02 de fevereiro de 2000." Hoje, Sr. Presidente, estou complementando esse requerimento de informações com a seguinte proposta: "Sr. Presidente, como o requerimento de informações, bem como o Ofício nº 22/99 à Secretaria da Receita Federal implicam a ruptura do sigilo fiscal no período de 1997/1999 com fundamento no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, requeiro que seja autorizada essa quebra de sigilo pelo Plenário da Comissão com os seguintes fundamentos: Primeiro... Bem aqui eu devo esclarecer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que estou sugerindo um critério que, necessariamente, pode não ser o melhor e pode não ser o da preferência do Plenário. Mas, em busca da objetividade, coloco em debate, com a permissão do Sr. Presidente, um critério dessa quebra de sigilo fiscal. Seria o seguinte: os 20 laboratórios que constam do Anexo I a este requerimento, como consta da Ata da 16ª Reunião desta Comissão, em 27 de janeiro, participaram de reunião com o objetivo de obstaculizar a implantação dos medicamentos genéricos o que, por si só, já justificam uma investigação de suas práticas de formação de preços e apuração de lucros. 2) Os laboratórios do Anexo II, de acordo com a informação do Ministério da Saúde, aumentaram os preços em valores expressivamente superiores à infração do período. 3) As empresas importaram medicamentos e insumos para a sua produção, por valores superiores ao dos concorrentes, levando a indício de superfaturamento. Em razão destes elementos iniciais, entendo, Sr. Presidente, ter a justificativa do pleito que faço da quebra do sigilo fiscal destas empresas que participaram da reunião na cidade de São Paulo, tendo como parâmetro aquela reunião que é um indício de cartelização do mercado farmacêutico. Devo esclarecer, enfatizando, que outro critério, outra relação podem ser sugeridos pelo Plenário. Apenas iniciei uma proposição objetiva para colocar em debate o assunto. A intenção da Relatoria é, apenas, a quebra do sigilo fiscal para a resposta desses quesitos que li há pouco, e sugerido esse critério, a partir dos que estavam presentes àquela reunião, porque, obviamente, inclusive, por orientação e esclarecimento do Dr. Everardo Maciel, Secretário da Receita Federal, temos que

ter um critério, determinando o número preestabelecido de empresas, porque, do contrário, a diligência iria se prolongar por muito tempo e terminava não atendendo aos objetivos da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. É este o requerimento e o fundamento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Um minuto. Eu pretendo prestar um esclarecimento, antes, aliás, dois.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, só para me inscrever, para discutir esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Peço ao Secretário que anote, pela ordem.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Deputado, Salatiel Carvalho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Valdivino, anote, por favor, Deputado Salatiel Carvalho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Escreveu Arnaldo aí, Valdivino?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - S. Presidente, a respeito da matéria anterior...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria prestar um esclarecimento, aliás, dois, pois não fiz no começo. Fizemos uma visita ontem a São Paulo, e me ocuparei da visita, mas quero dizer que antes da visita, no aeroporto da Cidade de São Paulo, eu tinha recebido um telefonema do Dr. Foch. O Dr. Foch é o Chefe da Alfândega do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É Foch.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Simão Foch.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Foch. Me fez acompanhar nesse contato o Deputado Caropreso, que se encontrava ali e o Deputado Paulo Kobayashi, que, aliás, eu devo registrar um agradecimento pelo cavalheirismo, pelas atenções, por tudo que ele nos fez em São Paulo, queria registrar nas atas, e o Deputado Darcísio Perondi, que chegou, ao final, também, que nos honrou com a sua presença. O Dr. Foch nos deu a seguinte informação:

primeiro, que normalmente eles não têm muitas informações sobre o preço internacional da matéria-prima, que tem uma firma internacional que se propõe a fornecer ao Brasil. Mas, surpreendentemente, depois, lá na FURP e no Hospital das Clínicas, nós conseguimos uma relação de preços de matérias-primas, que, aliás, junto com outras informações, estou mandando distribuir para os Srs. Deputados, e que me parece muito importante esta avaliação. Mas o importante do Dr. Foch foi o seguinte: que ele entende que quando se faz uma remessa de dinheiro para o exterior, se paga apenas 5% de alíquota, certamente outras sobretaxas. E que seguramente quando se faz a tributação sobre o lucro da empresa, as taxas são bem maiores. Então, que estas empresas, aquilo que estamos desconfiados, manda o dinheiro por antecipação, tem vantagens nisso, depois erguem o preço interno, o custo interno, ou para tributar o cliente, cobrar do cliente um preço mais alto, ou então pra não ter lucro, ou ter menos lucro e pagar menos impostos. Em face dessa informação, gostaria de propor que nós, num determinado momento, pedíssemos à Receita Federal, um modelito disso. Situássemos uma empresa e propuséssemos que ela nos examinasse quais seriam as vantagens financeiras ou não disso, pra nós darmos curso a isso, se isso é verdadeiro ou não. Eu vou mandar formalizar isso, eu vou conversar com o Relator pra incluir no requerimento esta ordem. Mas eu queria dizer que esse senhor delegado se prontificou a nos ajudar e nos passou esta informação, que eu consideraria importante. Segundo, eu queria registrar aqui e ficar também nos Anais a visita que nós fizemos à FURP, cujos documentos estão sendo entregues e lá se encontravam muitos dos Srs. Deputados que aqui se encontram. Eu gostaria de citar o Sr. Relator, o Sr. Deputado Luiz Bittencourt, o Sr. Deputado Fernando Zuppo, o Sr. Deputado Arlindo Chinaglia, o Sr. Deputado Sérgio Novais, o Sr. Deputado Perondi, o Sr. Deputado Caropreso, o Sr. Deputado Mosconi, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Medeiros — e não sei se eu estou omitindo ainda —, Deputado Neuton Lima, perdão. Tivemos a oportunidade também de receber a visita do Sr. Governador prestigiando a CPI lá, na FURP, o que, no nosso entender, foi um apreço para com esta CPI, e que eu quero registrar esse agradecimento. Recebemos as melhores informações. Tivemos a melhor impressão do trabalho dos custos e tudo, e este laboratório se prontificou a assessorar a nossa Comissão a partir de agora. Depois, estivemos também no Hospital de Clínicas, onde vimos também...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Das clínicas. Das clínicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Perdão. Das clínicas. Eu vou me lembrar do Alegrete. Não vou errar mais. É que lá, em Porto Alegre, tem o Hospital de Clínicas, entendeu? E eu, esse linguajar paulista, demoro um pouco a me adaptar, entendeu? Bem, mas o Hospital das Clínicas, onde também se fabrica uma quantidade enorme de medicamentos, aí só pra uso. Enquanto, na FURP, se fabricam para todo o Estado de São Paulo e para Municípios do País, cerca de mais mil Municípios do País, não é? Três mil, não é Deputado Sérgio, lá no Hospital de Clínicas se fabrica só pro hospital também com alta economicidade. Os equipamentos de ambas as instituições são realmente extraordinários, entendeu? E eu queria registrar também ao Hospital de Clínicas o agradecimento da Comissão. E, depois, fizemos uma visita rápida ao Butantan, onde não pense que há só cobras e lagartos e outros bichos mais, aranhas, aracnídeos. Também ali se pesquisa sobre o problema da hepatite, se pesquisa também sobre a meningite e botulismo, e é um trabalho excelente. Mas nós fomos tremendamente frustrados, porque nós não pudemos ver o trabalho lá. E creio que causamos uma frustração ao Instituto Butantan, porque eles queriam nos mostrar a excelência do trabalho que realizam. Eu voltei vivamente impressionado com essas três instituições. E, depois, fomos ao Governador agradecer e cada um retornou. Quero que fique, em nome da Comissão, registrado esses agradecimentos. Bom, agora, vou dar a palavra pela ordem que se inscreveram.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, antes de V.Exa., desculpe, entrar no teor, eu queria só alertar para um problema da matéria anterior. Por uma questão de falha, nós estávamos discutindo e eu fui analisar o porquê eram nove e viraram oito, porque eram nove antes daquela conta. O que acontece...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Esse assunto tá decidido.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, é uma questão de ordem e eu vou levantar e tenho direito regimental de fazê-lo. V.Exa., depois, decide e, se não for a meu contento, eu tenho o direito regimental de recorrer. Por falha da assessoria, por ter dois requerimentos usando o mesmo nove, talvez tinha sido este o problema. O requerimento de pedido de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Eduardo Brasileiro de Miranda Rangel, proprietário da Empresa Quimioterápica, não foi lido. Este é o nono nome e este é o nome... um dos

principais nomes para serem quebrados o seu sigilo bancário, fiscal e telefônico. Por isso, eu coloco a questão de ordem a V.Exa. Esse requerimento foi apresentado pelos três Deputados. Os três Deputados têm consciência que é de extrema importância votar este requerimento junto com os outros da sua quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico. Então, eu requeiro a V.Exa. que coloque em votação o requerimento de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Eduardo Brasileiro de Miranda Rangel, proprietário da Empresa Quimioterápica, empresa essa que era empresa regular, que funcionava em Uberlândia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Olha, eu não colocarei... Esse requerimento não veio à Mesa, não veio à Presidência, não veio à Presidência e, portanto, eu não vou colocá-lo, porque eu propus a... Não, pera lá...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não decidi a questão de ordem, eu não decidi a questão de ordem, e eu peço ao Relator e ao Deputado que se atenham. Eu vou dar a palavra ao Relator para se pronunciar. Designei os três membros e o Relator e li os requerimentos perante todas as pessoas. De forma que se o Sr. Relator quiser fazer uma nova proposição de uma nova quebra e justificá-la, que o faça. Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, eu acho que nós estamos fazendo uma tempestade num copo d'água. Foi quebrado o sigilo duma pessoa jurídica e seus sócios. Obviamente o indicado pelo Deputado Robson Tuma é sócio. Tá incluído já. Já foi... É proprietário, dono; é sócio. Nós tivemos três pessoas jurídicas, se não...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sim, mas é sócio, tá no instrumento constitutivo da empresa, ele e outros. Então, é desnecessário, é um **bis in idem**, e não há necessidade de se fazer uma tempestade num copo d'água. A matéria é vencida, tá incluído esse cidadão, e vamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não. Eu não assinarei, Sr. Relator. Quero pedir escusa. Aqui tem o requerimento nº 10 — é esse que V.Exa. fala? (Pausa.) É o requerimento nº 10?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - A cópia está como 10, mas a convocação, a quebra de sigilo não está aqui incluída entre as cópias dos pedidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então não existe o requerimento.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Existe sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não existe o requerimento.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Existe sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Qual é o requerimento?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quero que V.Exa. leia o número do requerimento.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não está nas cópias, foi esta... O fato de eu apresentar um requerimento à assessoria, por falha não tirar cópia não significa que esse Deputado não tenha apresentado. V.Exa. pode ter dúvidas, porém não a esse Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, eu peço a V.Exa...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - É falha da assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu peço a V.Exa. que se atenha aos termos regimentais.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - V.Exa. que se atenha aos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pedi a V.Exa. para ler o requerimento.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O requerimento não se encontra à minha posse... a cópia, pois a assessoria — eu não sei —, por uma questão de falha, talvez por existir dois requerimentos com o mesmo nome, tenha eliminado um nas cópias, e existe e deve estar nos arquivos da assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não posso ler, quebrar sigilo...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Se V.Exa. pegasse o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, V.Exa. não pode discutir com a Mesa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - (*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. pega as cópias... Respeito!

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - (*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Respeito, Deputado!

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - (*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Respeito, Deputado! Respeito não faz mal a ninguém.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - (*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, V.Exa. está desrespeitando a Comissão. Eu não posso pôr em votação um requerimento que está nos arquivos. Se ele existe, está nos arquivos. Busque-se, mas não sou eu que vou buscá-lo. Os funcionários vão buscá-lo. Eu pedi pra V.Exa. ler. Como V.Exa. não está em condições de prestar à Mesa esta informação, vou requerer à Secretaria que o faça, e esse requerimento só será votado depois de voltar aqui. Não está, Sr. Relator, implícito naqueles oito que votamos. Não posso votar. Se V.Exa. ler, propuser, eu porei em votação.

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu peço que V.Exas. entendam que o meu zelo e o meu formalismo é regimental, é legal, e eu não vou abrir mão disso, Srs. Deputados. Eu acho que todos os senhores estão de acordo que não possamos...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quem está pedindo a palavra?

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa., Deputado, Salatiel, tem a palavra.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Eu só queria fazer, Sr. Presidente, um apelo à serenidade dos trabalhos dessa Comissão. Vamos serenar os ânimos. Acho que o interesse do Deputado Robson Tuma é em que as diligências sejam feitas com toda... Entendo também a veemência com que V.Sa. coloca, não é? Mas eu creio que, confiando na boa vontade e na história de V.Exa., que é um homem tradicionalmente sereno, calmo, tranquilo, não é, e que infunde...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não perdi a serenidade. (Pausa.) V.Exa. acabou?

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Acabei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá acabado, então. Obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu tinha dado a palavra pela ordem ao Deputado Mosconi.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, apenas eu gostaria de chamar a atenção de V.Exa. Na realidade, o Deputado Robson Tuma tem razão, porque, veja bem: a quebra de sigilo bancário deste indivíduo é indispensável, fundamental. Se houve algum problema com o requerimento, se não está sendo encontrado ou coisa que o valha, eu estou de acordo com a decisão que V.Exa. tome que acho que me parece que é a posição também do Relator, que seja quebrado o sigilo desse daqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas Sr. Deputado Mosconi. Eu estou com a palavra. Deputado Mosconi, eu vou decidir pela ordem a questão de V.Exa. O requerimento não me foi entregue pelo Relator, nem pela Comissão. Eu pedi que me fosse dado o requerimento. Eu quero a V.Exa. que se atenha a isto. Eu não estou negando razão a ninguém, nem o direito de propor. O que eu estou dizendo é que não se encontrava na Mesa para decisão. Não foi submetido à decisão. Eu precisava que ele fosse reencaminhado. Foi isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Posso tentar ajudar?

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Tão logo seja encontrado o requerimento, que ele seja votado. É isso que eu estou querendo dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado pela sua benevolência e atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom. Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sr. Presidente, eu queria tentar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Relator está com a palavra. O Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu admito um certo nervosismo de V.Exa. Mas se não o for, eu pediria que modulasse

a voz quando falasse com o Relator, porque senão eu serei obrigado a elevar a minha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois eleve a voz.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Por mais oportunidade que eu tenha, o respeito é recíproco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não elevei a voz com V.Exa. Eu não elevei com V.Exa.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. que interrompia a Presidência.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu gostaria de colocar o seguinte. Com a devida vénia a V.Exa. e ao Plenário, o que foi aprovado, Sr. Presidente, está aqui. "Requeiro, nos termos regimentais, que, ouvida a comissão, quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal da EMPRESA QUIMIOTERÁPICA BRASILEIRA LTDA. bem como de seus sócios-proprietários". Bem como de seus sócios proprietários! Eu entendo que nós vamos destruir. É o elemento, é uma pessoa jurídica. A junta comercial tem o instrumento de constituição. É limitada, né? É limitada, tá lá. Então, é o sócio-proprietário. Nós estamos criando uma dificuldade e levando V.Exa. a uma certa exasperação sem necessidade, bem como dos seus proprietários. A assessoria ali confirma, com a douta consultora aqui da Câmara, de que eu certamente estou com a razão. Quer dizer, está claro aqui. Nós não temos que procurar nada. Foi apenas um fato a ser esclarecido, e eu pediria que colocássemos as coisas nos devidos lugares.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Queria propor o seguinte encaminhamento. Pela leitura do requerimento me parece que contempla aquilo que diz respeito à pessoa jurídica. Quando o Deputado Robson Tuma fez o encaminhamento, ele fez questão de dizer que ele estava à busca do porquê que eram tantos nomes e depois teria havido a redução de um nome. Então, ele buscou lembrar daquele requerimento que constaria aquele nome. Como V.Exa. não tem o requerimento aí no momento, eu sugiro o seguinte encaminhamento: que fique aprovado como matéria já deliberada. Se esse requerimento não der conta do

sócio-proprietário como está escrito, daquilo que é pessoa jurídica, nós submeteremos o nome daquele sócio que porventura algum órgão competente...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Me permite um aparte, Deputado Chinaglia?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois não. Quem pediu aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria prestar um esclarecimento. Primeiro, Ao Sr. Relator, que eu ergui a voz com o nobre Deputado, como também ergueu o nobre Deputado Robson Tuma. Não ergui a voz com o Relator, mas tenho esse vezo de falar forte. Talvez foi essa voz que me deu, que muitas... Deus me deu, fere os ouvidos e eu peço escusas. Segundo, também não tenho o receio de erguer voz com qualquer Deputado. Isso não é problema, mas não se trata disso. Eu queria colocar o seguinte. O requerimento do senhor nobre Relator acaba de ler diz o seguinte. A justificativa. vejam, Srs. Deputados. Diversos... Justificativa. "Requeiro, nos termos regimentais, ouvida a Comissão, quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal da EMPRESA QUIMIOTERÁPICA BRASILEIRA LTDA., bem como dos seus sócios-proprietários". Bem. Justificativa. "Diversos remédios, inclusive falsos, fabricados pela EMPRESA QUIMIOTERÁPICA BRASILEIRA foram encontrados durante apreensão no laboratório clandestino em Uberlândia, Minas Gerais. Esta empresa é de propriedade de um indivíduo chamado "Eduardo", junto com sua mãe, casado com a senhora Genilda Pereira, presa em flagrante e chefe administrativa do laboratório". Vejam os Srs. Deputados, segundo me informa a secretaria, não é este o requerimento a que se refere o nobre Deputado Robson Tuma. Não é este. Este é o do Sr. Relator. A quebra de sigilo diz que deve ser individualizado o nome da empresa e o nome do sócio que pode ter conta separada, como requer V.Exa. De forma que eu estou adotando uma precaução, no entanto, eu não estou contra a quebra de nada. Anunciei, há uma semana, que nós quebraríamos sigilo hoje. Eu quero é cumprir formalismos e, me perdoe, não é bacharelismo, não é nada, entendeu? Então, veja, com este requerimento, eu não quebro; desculpe a assessoria se deu parecer favorável a isso, entendeu? Desculpe, entendeu? Aqui não dá, veja. Então, o que eu quero é que me digam o nome e vamos fazer uma quebra, então, do Sr. Eduardo — me dêem o nome completo. Estou, não é uma precaução razoável? Obrigado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, eu aguardo que o Sr. Deputado Robson Tuma proponha esse requerimento com essa justificativa e dê o nome completo do Sr. Eduardo. Ou então... Porque se são sócios-proprietários, então, é mais do que um; então, não é só um. Deputado Fernando Zuppo. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Posso tentar ajudar? Eu tentei fazer isso logo que o senhor leu a quebra do sigilo de todas essas pessoas, mas não fui entendido. O Requerimento nº 10 e o Requerimento nº 11, eles propõem que sejam convocados para depor o Sr. Eduardo e o Sr. Marcelo. Então, pra que nós possamos fechar esse assunto, quem sabe fosse o caso — e eu consulto aos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O nome a que V.Exa. se refere, porque, veja, eu tenho um requerimento...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Deixa eu concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah, perdão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - É importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria ajudar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Mas é importante. Eu acredito que seja importante, eu não sei. Mas pra que nós possamos, pra que nós possamos fechar esse assunto, quem sabe nós pudéssemos aprovar também agora os Requerimentos de nº 10 e 11, que convocam para depor os Srs. Eduardo e Marcelo, porque nós teríamos o depoimento deles aqui, teríamos a quebra do sigilo dos demais, porque o Requerimento 10 diz que o Sr. Eduardo é, provavelmente, sócio da empresa quimioterápica. Não afirma que ele é, que ele seja, né? Então, eu proporia, **data vénia**, que nós aprovassemos também esses dois requerimentos, porque nós fecharíamos o assunto lá de Uberlândia.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nobre Deputado, eu posso decidir essa ordem, primeiro? Eu proporia o seguinte: que a sugestão de V.Exa. fosse a primeira a ser adotada, imediatamente, porque, veja, o Sr. Relator já acabou de propor uma nova quebra de sigilo e nós estávamos em votação. É que eles têm sido tão cooperativos! Eu proporia que a gente decidíssemos primeiro isto aqui. De acordo?

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - É, estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, eu vou submeter o requerimento do Sr. Relator, que propõe — e eu queria que a Secretaria me passasse às mãos os vinte e um laboratórios, o nome completo, que eu quero ler.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Esse é o primeiro... Não são vinte. Me parece que são vinte e um laboratórios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vinte e um.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - É, mas me parece, e eu queria que o senhor levasse em consideração aí, Presidente, o requerimento meu, de nº 49, aonde também fala em vinte laboratórios, e eu quero fazer um adendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Cadê o requerimento? O Requerimento 49 do Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Aonde também fala em vinte laboratórios, tal qual o requerimento do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, perdão. Sr. Secretário, esse requerimento... esses são nomes, eu quero o nome dos laboratórios. Nós estamos quebrando. Eu quero a lista aqui. Eu quero a lista aqui.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Ata da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero a lista aqui. Quero a lista aqui, entendeu? O Sr. Relator está a propor a quebra do sigilo somente fiscal, no que eu quero dizer estou inteiramente de acordo. E eu justifico. Eu acho que nós precisamos saber é importação, remessa de lucro, planilha de custo e tudo isso nós atingimos com o problema fiscal. Dos vinte e um, né?

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezesseis, dezessete, dezoito, dezenove, vinte. Eu tenho vinte aqui.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, consta dessa relação o Glaxo Wellcome?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Glaxo Wellcome S.A.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Consta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É, é.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O Laboratório Organon, Organon?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou ler os laboratórios, claro com o pedido de mil escusas, porque aqui tem alemão, português, inglês, entendeu? Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.; Akzo Organon - Divisão Organon, etc.; Astra Química e Farmacêutica Ltda.; Bayer S/A; Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica Ltda.. Espero que, quando seja português, vocês consigam me entender. Bristol-Myers Squibb Brasil S/A; Byk Química e Farmacêutica Ltda.; Centeon Farmacêutica Ltda.; Eli Lilly do Brasil Ltda.; Eurofarma Laboratórios Ltda.; Hoechst Marion Roussel S/A.; Indústria Química e Farmacêutica Shering S/A; Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda.; Laboratórios Biossintética Ltda.; Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda.; Monsanto do Brasil Ltda.; Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S/A; Sanofi-Winthrop Farmacêutica Ltda.; Laboratórios Wyeth-Whitehall Ltda.; Glaxo Wellcome S/A. Estes são, essa é a relação que eu não sei se confere. Confere com a ata? Como, se anuncia sempre que são vinte e um e aqui ...?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - É que eram vinte e um vendedores.

(Não identificado) - É, mais de vinte e um vendedores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, são vinte e quatro vendedores. São vinte laboratórios?

(Não identificado) - Vinte laboratórios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, estamos quebrando, então, desses vinte que eu acabo de ler, não é, são esses os laboratórios, não é? Então, eu passo, se ninguém quiser encaminhar, eu passo à votação ... Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem.

(Não identificado) - A discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, eu vou depois formular questão de ordem a respeito do assunto passado. Porém, a respeito deste assunto específico, quero que V.Exa., antes de me pronunciar a respeito dele, pedido de quebra de sigilo fiscal somente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, a proposta do Relator. Quero dizer até que tem a minha concordância.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - A respeito dos outros requerimento ...
Então, formulo a V.Exa. uma questão de ordem. A respeito dos requerimentos que
estão sendo apresentados, estariam prejudicados com a votação desses?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Estariam. Nesta, com
relação a isto, sim. É lógico.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não. A pergunta ... Eu vou repetir a
pergunta, Sr. Presidente. Os pedidos ... Eu, por exemplo, fiz alguns pedidos de
quebra de empresas de seus sigilos bancários, fiscais, fiscais e bancários. Aí,
V.Exa. está fazendo uma votação de um requerimento de pedido de quebra de
sigilos fiscais de algumas empresas. Não prejudica os outros requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, se se pede mais
que isso, não, a Comissão pode decidir. Mas, neste caso específico, nós estamos
votando só isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Desses vinte e um , dos sigilos fiscais.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu queria uma
informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A Deputada havia
pedido. Agora e tem preferência por ordem cronológica.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu agradeço, Sr. Presidente.
Mas eu penso que tem razão o Deputado Robson Tuma quando pede, solicita que
V.Exa. esclareça ao Plenário se a aprovação do requerimento proposto pelo Relator
prejudica os demais. No meu entendimento, as coincidências do sigilo fiscal e dos
laboratórios sugeridos obviamente que prejudica. Mas os outros pedidos de quebra
de sigilo bancário e acrescentar outros laboratórios, na minha opinião, não
prejudica. E gostaria, Sr. Presidente, desde já, de pedir depois a V.Exa. abertura
para sugerir uns outros laboratórios para compor a lista do nobre Relator, com a
devida justificativa.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Nobre Presidente ...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Posso fazer agora? Posso
fazer agora, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, V.Exa. vai fazer oportunamente.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra, primeiro, o Deputado Magela, que havia pedido pela ordem.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Alceu. Depois, V. Exa..

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, é só uma informação, Sr. Presidente. É sobre o processo. Os Deputados que estão falando agora são os que se inscreveram para discutir a proposta do Relator? Há uma lista de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não. Na verdade, se não, se não me falha a memória, eu inscrevi para suscitarem pela ordem, porque esses requerimentos parece que não têm, não têm discussão, né? Eles têm só encaminhamento. Então, eu estou dando a palavra para esclarecimentos de votação.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não para discussão que não tem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Mas a discussão não foi feita. Foi para o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Deputado Salatiel ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Questão de ordem, tem o Deputado Arlindo Chinaglia.

(Não identificado) - Sr. Presidente, depois do Deputado eu quero falar.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Veja, o Sr. Relator... ele apresentou o requerimento, mas dizendo que ele estava buscando traduzir critérios. Pois bem, se nós não vamos poder discutir critérios, porque tá na forma de requerimento, eu pediria que o Sr. Relator entendesse essa circunstância. Que, então, momentaneamente, nós pudéssemos discutir critérios, porque vai ser na discussão de critérios...

(Não identificado) - Evidente, claro.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ... é que vai resultar numa determinada lista, porque, senão,...

(Não identificado) - Claro!

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ... nós vamos ficar limitados a discutir um requerimento sem poder discutir mérito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria... Estão me recomendando muito, Deputado, que eu seja objetivo. Eu tenho um requerimento aqui proposto, estudado pelo Sr. Relator, que pode, evidentemente, ser emendado. Mas nós temos que decidir sobre ele. E se nós abrirmos...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas nós não estamos... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Perdão, perdão, acabo de decidir uma questão de ordem do Sr. Deputado Robson Tuma que todos os outros requerimentos que peçam mais desses serão examinados oportunamente. Então, nós vamos decidir este. Se a Comissão decidir este assunto, decida-se isso. Se, depois, decidir acrescer... Veja, é para se tentar ser objetivo.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, então quero me inscrever para encaminhar, Sr. Presidente, eu quero me inscrever para encaminhar.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas, Sr. Presidente... Me permita, Deputado Salatiel, eu não quero contestar, mesmo... Sr. Presidente, é pra colaborar. Veja...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, eu sempre tenho de V.Exa. todas as intervenções com esse objetivo, saiba disso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Saiba disso, nem precisa esclarecer.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Tá, mas o que me preocupa é que se nós discutimos um requerimento e votamos, sem prejuízo dos demais, como V.Exa. já salientou, nós estaremos na mesma atitude. Ou seja, no requerimento seguinte nós também não poderemos debater, nós teremos que fazer apenas encaminhamento. E isso, talvez, nós ganhariámos tempo. Mas se V.Exa. discordar disso, V.Exa. encaminha como achar prudente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não, eu...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Mas, em defesa da objetividade, talvez uma discussão inicial sobre aquilo que são critérios resultar-se em votações objetivas de todos os requerimentos. Mas se V.Exa....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, eu vou fazer o seguinte: eu vou propor... Com a palavra, pela ordem, o Deputado Magela. Bom... Deputado Magela.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu quero fazer uma proposta de encaminhamento a V.Exa. e a toda a Comissão. Eu considero que esta questão da quebra do sigilo fiscal destes laboratórios é uma questão fundamental para esta Comissão. No entanto, há propostas de convocação dos presidentes dos laboratórios dos mesmos; há propostas de quebra de sigilo bancário dos mesmos. Então, estão todos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Examinaremos depois.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - E V.Exa. está dizendo que eles não serão prejudicados. Eu quero fazer o seguinte encaminhamento a V.Exa.: que nós votemos o caso específico sem entrar na discussão de critérios; abstenha-se... abstenhamo-nos de discutir a questão dos critérios que propôs o Relator; analisemos tão-somente a proposta de sigilo fiscal destes laboratórios, só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Claro.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Só, sem discutir critérios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Claro.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Segundo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É isso que tô fazendo.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - É, eu entendi. Segundo, imediatamente após, nós passaríamos a analisar os requerimentos, os demais requerimentos sobre estes vinte laboratórios. Isso é o que eu quero propor a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu tinha dado, aqui, ao Deputado Zuppo, dois requerimentos que, mais ou menos, são nessa linha. E acho que não há porque pedir...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado) - Deputado Alceu Collares, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu tenho a impressão de que há uma dificuldade de entendimento. O Relator fala em métodos ou critérios. Critérios e métodos, na minha... entendimento... na minha concepção, é a mesma coisa, tá? Então, quando o Relator faz, ele pede tão-somente a quebra do sigilo fiscal, e dá uma relação. Eu pergunto ao Relator: isso é um critério?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - É um critério, em razão de que o Supremo Tribunal Federal e a legislação exigem que a quebra do sigilo tenha uma razão de ser, tenha um fundamento. E o que eu pude fundamentar foi, em relação a estes laboratórios, o sigilo fiscal. Nós não podemos fazer palpite de quebra de sigilo, só porque achamos que deve ser feito.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Quando V.Exa. dá a relação de vinte e não vinte e um, e pede seja quebrado o sigilo bancário, porque, por economia processual, não se inclui os requerimentos, todos os outros requerimentos que tão-somente a essa relação estão acrescentando o pedido de quebra de sigilo bancário e telefônico?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Pela razão... V.Exa. permite?

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Pois não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Pela razão seguinte: esta relatoria não vê nenhum fundamento, nem indiciário, de quebra de sigilo bancário nem telefônico. Se nós fizermos, o meu parecer é contra, porque não há indício, não há razão de ser. Até agora, não chegou ao conhecimento deste Plenário um fundamento que me convença da quebra do sigilo... Se amanhã chegar, eu serei favorável. Isso dentro, dentro de uma visão legal.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - É que pode se tornar a posição de V.Exa. uma súmula vinculante.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Não, não porque os fatos... A súmula vinculante...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Pode nos proibir, depois ...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - ... de fazer com que ... porque nós estamos... a Comissão, a maior parte tá convencida de que o sigilo tem que ser quebrado nas três linhas. E por que que V.Exa. vai restringir só o fiscal?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - A minha proposta é fiscal, eu posso ser vencido. Eu sou contra o resto. Agora, a minha proposta...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - E nós estamos pedindo ao Presidente que por economia processual coloque os outros só pra ver se a Comissão quer ou não os três níveis. Por que que vai fazer separadamente?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - A proposta é fiscal, sem prejuízo...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu.... o Deputado Alceu já... Eu quero, eu quero...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, eu pedi antes a questão de ordem, Sr. Presidente. Estou aguardando aqui

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem, então,... Peço escusas, Deputado Tuma. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa., mas eu quero dizer que eu entendo... Eu queria pedir a atenção do Deputado Ney Lopes. Sr. Relator, por favor, Deputado Ney Lopes, eu queria pedir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Obrigado, Presidente, obrigado. Então, eu queria, Sr. Presidente, entender melhor, porque eu acho que no momento em que o Sr. Relator relaciona os vinte laboratórios, a referência desses vinte laboratórios é exatamente o fato de terem se reunido naquela... participado daquela reunião com objetivos claros de exercer a cartelização. Então, eu queria chamar a atenção da Comissão, me parece que esses, se isso é um critério, então nós vamos pedir a quebra de sigilo fiscal, na proposta do Sr. Relator, desses vinte laboratórios, não é, que exercem e que seguem a esse critério. Evidentemente que existem outros requerimentos aqui de outros Parlamentares que pedem, também, quebra de sigilo fiscal e bancário ou telefônico de outros laboratórios que não participaram dessa reunião referenciada pelo nobre Relator. E aí, no momento em que nós aprovamos o critério do Sr. Relator, me parece que ficam, sim, prejudicados os outros requerimentos, já que a Comissão, ao aprovar essa relação, aprova também o critério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, nobre Deputado, eu já decidi, eu já decidi que todos os requerimentos que pedem mais do que pede este requerimento serão votados oportunamente. Tem a palavra o Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, eu entendi a interpretação e a decisão de V.Exa. de que esta votação não prejudica as demais. Porém, anteriormente à apresentação desse requerimento de quebra do sigilo fiscal dessas empresas, deram apresentações de vários outros requerimentos, principalmente de quebras... Alguns inclusive falam dos mesmos laboratórios, pedindo a quebra de sigilos fiscais e bancários. Então, as questões de ordem que formulo a V.Exa., primeiro: qual o critério usado para se colocar em votação os requerimentos? Por que este está-se sobrepondo à ordem dos demais? Primeiro. Segundo: quando V.Exa. vai colocar em votação, já que regimentalmente é uma das funções que tem a Presidência colocar em votação e promulgar o resultado, quando V.Exa. colocará em votação os requerimentos que existem sobre a mesa para serem votados, que foram colocados anteriormente a esse requerimento? Então, essas duas decisões, essas duas questões de ordem que formulo para V.Exa., bem como se V.Exa., então, seriam três questões de ordem, se V.Exa. está interpretando que o Sr. Eduardo Brasileiro não foi quebrado o seu sigilo, que V.Exa., na aprovação do requerimento, não está considerando a parte que fala de seus sócios, bem como de seus sócios.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. Tem V.Exa. a palavra. Pra contestar? Pra contestar?

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Não. É sobre essa questão, é sobre essa questão. Eu queria saber do Relator, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pra contestar? Mas, então, deixa eu decidir a questão de ordem antes. Se V.Exa. vai contestar, isso é regimental, Deputado Mosconi.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Porque, Sr. Presidente, eu tenho uma dúvida com relação à questão da votação. E eu gostaria de tirar essa dúvida com relação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu tenho que decidir a questão de ordem, nobre Deputado. E vou decidi-la. Em primeiro lugar, eu

coloquei em votação esse requerimento do nobre Sr. Relator, porque, na reunião passada, nós já havíamos feito essa pauta de colocar em votação esse requerimento.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É o mesmo... é o mesmo requerimento baseado...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - É o mesmo. O Deputado Zuppo pede sigilo bancário também.

(Não identificado) - É, pede os três.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Eu peço os três. Dos vinte laboratórios, eu proponho a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico.

(Intervenções inaudíveis.)

(Não identificado) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Relator sempre tem preferência por (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não regimental, na apresentação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu resolvi dar essa preferência por consenso dos Srs. Deputados, porque o Sr. Relator havia feito... O Sr. Relator havia feito uma proposição sobre essa matéria, havia discutido na reunião passada o encaminhamento disso. Nós sabemos que o Relator é a figura muito importante, nenhum Deputado é menos importante, mas o Sr. Relator tem sobre seus ombros a grave responsabilidade de relatar os trabalhos da CPI. E, portanto, o Sr. Relator havia, na reunião passada, pedido a palavra e feito a proposição. Como nós não chegamos a nenhuma conclusão e decidimos que nós nos reuniríamos hoje para votar o problema de Uberlândia, votar o requerimento do Sr. Relator, votar todos os requerimentos, eu estou obedecendo uma decisão anterior. Por isso a questão de ordem dos Srs. Deputados que tentam inverter não tem nenhuma razão. Não ficam prejudicados nenhum dos requerimentos que estendem a mais, para discutir posterior. Essa questão tá decidida, e eu vou botar em votação.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu queiro a V.Exa...

(Não identificado) - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu requeiro a V.Exa. inversão de pauta, porque o requerimento do Deputado... Do nobre Deputado Fernando Zuppo passe a ser o primeiro item da pauta. E peço a V.Exa. que coloque em votação.

(Não identificado) - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Sr. Presidente, é sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Deputado Max Rosenmann.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Eu gostaria de pedir um esclarecimento ao Relator sobre a matéria que nós estamos votando, que é a quebra de sigilo fiscal dos vinte laboratórios. Foi colocado aqui, pelo Deputado Collares, que é uma questão de método ou critério pelo qual o Relator chegou à necessidade de quebrar o sigilo fiscal. Pra mim entender melhor por que só o sigilo fiscal, a minha preocupação, que eu gostaria de ouvir como justificativa do Relator, se a sua intenção é conhecer e se aprofundar na contabilidade desses laboratórios, que são sociedades anônimas, cujo, cujos balanços são publicados, ou a sua intenção maior é a remessa de lucros? Quer dizer, qual é a intenção da quebra do sigilo fiscal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou esclarecer a V.Exa.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Porque eu não posso acreditar que eles vão entregar o caixa 2, quer dizer, então, então, é lógico, nem, nem existe isso. Então, só o sigilo fiscal deve ter uma intenção do Relator. Eu quero que ele me diga qual é o critério e qual é o método que vai ser utilizado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, eu vou esclarecer esse esclarecimento.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Não, o pedido é ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou... O Presidente se considera, Deputado Max Rosenmann, em condições de prestar esses esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou prestar os esclarecimentos, depois, darei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Porque a minha dúvida, eu já quis expor anteriormente, ela tem uma certa semelhança com a questão colocada pelo Deputado Max Rosenmann. Eu gostaria de saber do Sr. Relator o seguinte: o Sr. Relator está pedindo a quebra do sigilo fiscal dessas empresas. Mas eu pergunto ao Sr. Relator se a quebra do sigilo bancário não teria a mesma importância ou maior importância do que a quebra do sigilo fiscal, porque eu posso entender o seguinte: essas empresas sonegam ou não sonegam? Como é que eu vou saber se sonegam ou não sonegam? Sr. Relator, é também um indício da Comissão de que há uma remessa abusiva de lucros para fora do Brasil. Essa remessa, ela é feita através de uma operação bancária. Então, como é que nós não vamos quebrar o sigilo bancário de empresas que nós temos essa dúvida, essa suspeita muito bem fundamentada, inclusive. Então, me parece, Sr. Presidente, Sr. Relator, que só a quebra de sigilo fiscal não seria suficiente ou completa para nós. Eu acho que a informação da quebra do sigilo bancário para nós é tão fundamental, ou mais, do que a quebra do sigilo bancário. Então... Do sigilo fiscal. Então, eu gostaria de pedir ao Sr. Relator que aceitasse a ponderação aqui, que me parece que quase que unânime da Comissão, que colocasse junto com a quebra do sigilo fiscal a quebra também do sigilo bancário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou... Eu vou me permitir esclarecer aos nobres Deputados Max Rosenmann. O Sr. Relator já prestou esse esclarecimento, e eu vou repetir. Já prestou, sim, ao início. O problema é o seguinte: por que o problema fiscal? Primeiro, pelo problema fiscal, nós vamos saber a importação da matéria-prima, o preço, os tributos pagos, os valores. Nós vamos saber, pelo Banco Central, as remessas todas para o exterior. Nós vamos saber, pela quebra do sigilo fiscal, o lucro que essas empresas tiveram; nós vamos saber, pela quebra do sigilo fiscal, a planilha de custos. Bom, então, veja: o que é que nos interessa, senão isso? Isso é que nos interessa. Aqui não se trata, não se trata de ter levado vantagem, de ter dado dinheiro para "a" ou para "b", de ter recebido, de ter pago, de ter recebido caixa dois, aqui se trata é apenas disso. Então, veja, este é o esclarecimento...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...o esclarecimento que o nobre Relator havia prestado. Então me parece absolutamente suficiente para nós perseguirmos inicialmente este objetivo.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas, todavia, este requerimento... Os outros requerimentos voltarão, como o do nobre Deputado Zuppo, que se antecipou. E eu considero, considero e vou considerar na ata, todos aqueles requerimentos que tratam da quebra do sigilo fiscal como incluídos e relatados favoravelmente pelo Sr. Relator nesta proposição. Sr. Relator, se V.Exa. quiser a palavra, para esclarecer, para esclarecer os Deputados, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente...

(Não identificado) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Depois, Sr. Presidente, eu gostaria de usar a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu quero contraditar as colocações de V.Exa., Sr. Presidente.

(Não identificado) - E eu quero levantar uma questão de ordem, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não há forma de contraditar as informações do Presidente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - V.Exa., Sr. Presidente, regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não dei a palavra a V.Exa. Está com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Regimentalmente, V.Exa. não pode vir discutir sobre a matéria em votação. Se V.Exa. fez colocações...

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu dei a palavra ao nobre...V.Exa. quer fazer uma questão de ordem? *(Pausa.)* Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu quero apresentar a V.Exa. a seguinte questão de ordem: nós fomos convocados para cumprir três pontos de pauta. Até agora cumprimos apenas um e estamos entrando ou estamos desenvolvendo o segundo. Sei que V.Exa. pode não ser o responsável por não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E acredito não ser mesmo.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Tá certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Pode não ser, como podemos não ser todos, ou podemos ser todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Lógico, lógico.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Só que pode iniciar a Ordem do Dia e nós temos que suspender esta reunião sem deliberação desse ponto. Então, eu quero fazer o seguinte encaminhamento, como questão de ordem: que V.Exa. dê a palavra ao Relator, para explicar; coloque imediatamente em votação, sem prejuízo dos demais requerimentos, o requerimento do Relator; em seguida, passamos a apreciar o requerimento...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Posso terminar, Deputado? Em seguida, passamos imediatamente a votar os demais requerimentos que dizem respeito ao mesmo assunto. Aqueles que quiserem estender a quebra de sigilo ao bancário e ao telefônico, votem a favor do requerimento do Deputado Zuppo, sem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Em votação a proposição de V.Exa. Os Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a proposição. Dois votos contra. V.Exa. quer prestar esclarecimento, de forma que agora estamos com a decisão de Plenária.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O primeiro esclarecimento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que eram vinte e um laboratórios mesmo, e não vinte. A assessoria informa-me que existe o Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda. e o Merck S.A. Indústrias Químicas. São dois Merck, e tinha sido computado só um. Então, são vinte e um, na verdade. Houve essa dualidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, então eu vou botar em votação o requerimento que propõe a quebra do sigilo fiscal e, portanto, o pedido de informações dos seguintes laboratórios — vou lê-los novamente: Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.; Akzo Organon (Divisão Organon e Divisão Teknika); Astra Química e Farmacêutica Ltda. (Zeneca Farmacêutica do Brasil); Bayer S.A.; Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica Ltda.; Bristol-Myers Squibb do Brasil S.A.; BYK Química e Famacêutica Ltda.; Centeon Farmacêutica Ltda.; Eli Lilly do Brasil Ltda.; Eurofarma Laboratórios Ltda.; Hoechst Marion Roussell S.A.;

Indústria Química e Famacêutica Shering S.A.; Janssen-Cilag Famarcêutica Ltda.; Laboratórios...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, apenas uma correção. O senhor falou apenas "Shering" e tem duas "Sherings". Aí é uma Shering-Plough.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Shering-Plough S.A., Shering-Plough S.A.; Janssen-Cilag Famarcêutica Ltda.; Laboratórios Biossintética Ltda.; Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda.; Searle do Brasil Ltda., "S-e-a-r-l-e" do Brasil Ltda.; Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A.; Sanofi-Winthrop Famacêutica Ltda.; Laboratórios Wyeth-Whitehall Ltda.; Glaxo Wellcome S.A.; Merck S.A. Indústrias Químicas. Em votação o requerimento do Sr. Relator. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado por unanimidade. Aleluia.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar a V.Exa., com relação à matéria anterior, um requerimento solicitando a quebra do sigilo telefônico, bancário e fiscal do Sr. Eduardo Brasileiro Miranda Rangel, até por entender que o requerimento aprovado que prevê a quebra do sigilo bancário e fiscal do laboratório quimioterápico e seus sócios previam isso. Mas pra que não haja prejuízos da avaliação completa do que foi feito lá na cidade de Uberlândia, é importante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Só pro meu esclarecimento. V.Exa., V.Exa. está modificando, então, não são os seus sócios, mas dos seus sócios.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Eu não sei, porque nós não sabemos se os documentos são falsos ou verdadeiros e qual o procedimento de investigação que será adotado. Então, eu entendo que para não ter dúvida e nós possamos, então, efetivamente quebrar o sigilo bancário do Sr. Eduardo ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Me passe, por gentileza, o requerimento à Mesa. Com a palavra o Relator pra opinar.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Concluindo, Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah, perdão, perdão.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Eu sugeriria também que, antes de nós passarmos adiante ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria decidir essa questão.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Não, mas só concludo sobre esse mesmo assunto. Antes de nós passarmos adiante em outras matérias, como aqui propôs o Deputado Geraldo Magela, que nós encerrássemos a avaliação da aprovação dos requerimentos da cidade de Uberlândia, porque nós aprovamos apenas a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas envolvidas. Mas nós temos aqui requerimentos de informação, requerimentos de levantamentos junto ao Ministério da Saúde, à Secretaria da Fazenda e ao próprio Ministério do Comércio Exterior. Então, eu gostaria que nós concluíssemos esse assunto relacionado à Uberlândia pra nós superar essa etapa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu havia dado uma preferência ao Deputado Zuppo, a quem vou dar a palavra imediatamente. Sr. Relator, com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sobre o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Nada a opor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nada a opor. Como o Sr. Relator não tem nada a opor e esse requerimento está ligado a outros, eu submeto aos Srs. Deputados a quebra do sigilo telefônico, bancário e fiscal do Sr. Eduardo Brasileiro de Miranda Rangel, conforme foi proposto pelos Deputados Robson Tuma, Carlos Mosconi e Luiz Bittencourt. Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu havia dado a palavra — perdão, Deputado, V.Exa. tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Na minha questão de encaminhamento, eu havia proposto que imediatamente nós continuássemos votando, e V.Exa. colocou em votação, foi aprovado, os demais requerimentos que tratam dos vinte e um laboratórios sobre os demais sigilos, especialmente o Item 49.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Deputado Fernando Zuppo havia requerido a votação da convocação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Eu retiro, porque foi aprovado agora o requerimento de quebra do sigilo, né? Então, eu retiro essa minha colocação, Sr. Presidente. Eu mantendo aquela proposta ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Que que é?

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - ... que V.Exa. aprovou inclusive anteriormente, de que nós passássemos a votar os outros requerimentos. E o Deputado Magela propôs que o Requerimento de nº 49 fosse votado ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quarenta e nove?

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Isso. Eu gostaria de fazer também um adendo ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A minha intenção...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Nesse requerimento também consta como sendo vinte laboratórios que compareceram àquela reunião. Eu cometi o mesmo engano que o Relator, porque são dois laboratórios da Merck. Então, eu solicitaria à Mesa que fizesse um adendo e colocasse ao invés de vinte, vinte e um laboratórios também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, o ...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Me parece que a vontade da Comissão, Presidente, é que nós votássemos imediatamente esse Requerimento de nº 49.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, o Deputado Salatiel.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, eu volto a insistir naquela colocação que eu fiz anteriormente, Sr. Presidente, que eu acho o seguinte: na hora que o Sr. Relator estabelece o critério, que é o critério dos participantes da reunião, e pede só a quebra do sigilo fiscal, se um outro requerimento pede a quebra de sigilo bancário e telefônico, além do fiscal, baseado em quê? Nessa mesma premissa?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Que houve superfaturamento

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O Deputado Magela, Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu gostaria, Sr. Presidente, de, é, propor, é, reforçar a proposta apresentada pelo Deputado Zuppo, há um requerimento, de nº 49, de autoria do nobre Deputado, que já foi aprovado no que concerne à quebra de sigilo fiscal. Precisamos analisar agora e tão-somente desses vinte e um laboratórios se aprovamos ou não a quebra de sigilo bancário e telefônico, que é o que pede o requerimento do nobre Deputado Zuppo. Passaríamos a votar isso e depois aos demais requerimentos que solicitam quebra de sigilo fiscal e bancário de outras empresas. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, foi feita uma proposta pelo Deputado Magela, que imediatamente a aprovação desse requerimento apresentado pelo nobre Relator iríamos começar a votar todos os requerimentos apresentados sobre quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico. Eu, anteriormente, tinha feito uma proposta de inversão da pauta colocando o do Deputado Zuppo para ser votado em primeiro. V.Exa. colocou pelo menos o requerimento do Deputado Magela em votação e ele foi aprovado. Então, pediria a V.Exa. que colocasse, então, os requerimentos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico em votação antes mesmo de se colocar em votação os outros requerimentos de convocação, enfim, os...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O... Quem é que pediu a palavra?

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Salatiel.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, só porque eu acho que essa questão, eu sempre, desde que nós começamos a falar aqui em quebra de sigilo, quebra de sigilo, seja fiscal, telefônico ou bancário, que eu fui inclusive uma voz concordante com a posição de V.Exa., com a posição do Relator de que nós devíamos seguir um caminho muito seguro para que não viéssemos a ser, não é, a cometer, talvez, alguma atropelo jurídico. Então, Sr. Presidente, eu quero, eu vou me permitir, já que a proposta do Deputado Geraldo Magela foi aprovada, eu vou me permitir, até para que tenha tranquilidade e consciência, de que outros requerimentos que peçam quebra de sigilo além do fiscal, de qualquer um dos vinte laboratórios relacionados, eu vou me permitir que, que, vou exigir que

eu conheça profundamente a fundamentação. Porque se for o mesmo critério, a mesma fundamentação colocada pelo Sr. Relator, aí, tenha paciência. Eu acho que primeiro nós precisamos ver, fazer a quebra do sigilo fiscal e, aí sim, Sr. Presidente, numa segunda etapa, se nessa investigação baseada na quebra do sigilo fiscal nós começarmos a detectar, neste ou naquele laboratório, indícios mais comprometedores, aí sim, poderíamos avançar na quebra de sigilo bancário ou na quebra de sigilo telefônico. Mas eu acho que fica redundante nós aqui analisarmos esses outros requerimentos.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, questão de ordem, para encaminhamento dos trabalhos, se V.Exa. me permitir. Deputado Magela, atrás do Deputado Zuppo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, esta Comissão, por encaminhamento de V.Exa., decidiu que votaríamos o requerimento do Deputado Relator e, em seguida, voltaríamos a apreciar os...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Os outros requerimentos.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Isso. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Os outros requerimentos todos.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu quero propor a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Especificamente todos. Como o Deputado Luiz Bittencourt propôs que nós analisássemos primeiramente aqueles assuntos ligados a Uberlândia.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não, Presidente, salvo engano, a minha proposta foi muito clara e eu, inclusive, fui muito claro quando disse: "Olha, quem quiser votar só no sigilo bancário, no sigilo fiscal, como é o caso do Deputado Salatiel, vai ter liberdade de aprovar unicamente a proposta de requerimento do Deputado Ney Lopes. Quem quiser quebrar sigilo telefônico e bancário, poderá votar nos outros requerimentos que proponha isso." Então, na verdade, Sr. Presidente, o encaminhamento que eu faço a V.Exa. é passar imediatamente, até sem discussão, a votar os requerimentos que dizem, de quebra de sigilo bancário e telefônico. E cada um vote de acordo com que achar conveniente. E vamos ao voto. É a melhor forma de conduzir os trabalhos nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra o nobre Deputado Caropreso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, também acho bastante objetiva, não ponderada, mas acho objetivo a proposta do Sr. Relator em relação à quebra única e exclusivamente, no momento, do sigilo fiscal. Acho que essa Comissão não pode pecar até por um excesso de informações que não terá, a meu ver, capacidade pra processar tantas informações. Acho que é uma medida objetiva de avançarmos mais até com um menor número de informações, mas acredito que nós podemos nos concentrar nessa qualidade da informação recebida e, daí, sim, analisarmos, daí por diante, a quebra de outros tipos de sigilo. Eu estava há tempo querendo me pronunciar, mas acho, acho objetiva, acima de tudo, objetiva a proposta do Sr. Relator. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o nobre Deputado Perondi, Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, eu acho que a Comissão deu um passo decisivo. Quebramos o sigilo bancário, como nunca foi feito, fiscal, pelas outras...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Pelas outras CPIs, de vinte e um laboratórios. Sem dúvida nenhuma que ali pegaremos muito material para nós trabalharmos. O Sr. Relator disse, com a sua experiência, que ele não vê elementos para nós avançarmos nos outros dois sigilos. Houve uma consulta não oficial a um Ministro do Supremo, como o Supremo poderia reagir. Porque as empresas vão reagir, não é? Seria assim muita fundamentação. A CPI está avançando com firmeza, com confiança, com segurança. Hoje, demos dois passos. Eu proponho que nós ficamos no fiscal. Vamos explorar o fiscal. A partir daí, se tivermos elementos, e possivelmente teremos, avançaremos nos outros. Primeiro, eles vão recorrer ao Supremo. Se perdermos no Supremo, eu acho que a CPI começa a esvaziar. Por que gastar logo? Segundo, nós temos estrutura? "Ah, vamos ter. Vamos arrumar gente." Nós estamos patinando com estrutura técnica para nos supervisionar. Então, vamos ao fiscal. Terceiro, que ninguém quis colocar aqui, e eu vou colocar, sim. O País precisa, como qualquer país, precisa da poupança externa. A poupança externa vem através de investimento das grandes empresas, investimento produtivo, não o capital turista, o capital que gera emprego. E, no

passado, nós batemos o recorde, superamos até a China comunista, com 30 bilhões de investimento. Vamos por etapa. Por que mexer com esse mercado nervoso do investimento externo? Agora, se daqui trinta dias nós não conseguirmos elementos pela área fiscal, ou ali conseguirmos muitos elementos, nós vamos ao outro. Eu acho que nesse momento nós precisamos andar com prudência, como nós começamos a andar e estamos avançando. Então, a minha proposta é que se fique no sigilo fiscal, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Pela ordem, Sr. Presidente, para contraditar. Eu quero contraditar o que o Deputado falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Está com a palavra o Deputado Iris Simões.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, depois...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria, Sr. Presidente... As palavras do Deputado Perondi são palavras realmente que nos levam a uma ação mais ponderada. Eu acho, primeiramente, Sr. Relator, tem a questão do sigilo fiscal é primordial para nós. Nós vamos pedir tudo de uma vez só, Sr. Presidente? Vamos inviabilizar os nossos trabalhos. Nós vamos aos poucos, quebrando o sigilo fiscal e aí vamos avançando. Eu sou favorável a quebrar tudo de uma vez. Então nós temos que ser inteligentes. E essa proposta vem junto à questão do Deputado Perondi, mas também não quero dizer o que ele diz, que nós temos que trazer gente pra cá e não investigá-los e não controlá-los. Eles não podem vir investir no nosso País e de repente assaltar a questão do Fisco. Isso tem de se deixar registrado, Sr. Presidente. Não é que eles vêm acudir com investimentos externos e também venham depauperar a nossa sociedade, principalmente na área da saúde.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Havia pedido a palavra pela ordem o Deputado Arnaldo Faria de Sá, a quem concedo a palavra, antes de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu queria inicialmente retomar a colocação do Deputado Luiz Bittencourt. Eu acho extremamente objetiva a colocação do Deputado Luiz Bittencourt quando ele diz que alguns requerimentos complementares à ação de Uberlândia poderiam ser

decididos agora. E depois ouvimos o Sr. Relator. Porque o Relator apresentou uma proposta pra que nós possamos efetivamente caminhar. Se nós aprovamos o requerimento do Sr. Relator na reunião e, em seguida, aprovamos um outro requerimento que desautoriza o Sr. Relator, acaba criando um contra-senso dentro da própria Comissão. Quer dizer, ouvido o Relator, eu acho que nós podemos prosseguir nos demais. E, em relação à Uberlândia, eu queria pedir preferência de votação, até porque são medidas complementares àquilo que já foi aprovado anteriormente e que colocou o Deputado Luiz Bittencourt.

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Sr. Presidente, eu quero falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou ouvir, pela ordem, alguns Parlamentares. O Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - (*Inaudível.*) ... também, Sr. Presidente.

Deputado Neuton.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. está inscrito. Está inscrito o Deputado Arlindo, o Deputado Mosconi e o Deputado Magela.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - A este Deputado tá ficando claro o seguinte: há, aqui dentro desta Comissão, Parlamentares que são a favor da quebra de sigilos e Parlamentares que são a favor da quebra de sigilo fiscal. Existem requerimentos sobre a mesa. Regimentalmente, V.Exa. tem que colocá-los em votação. Nós aqui estamos meramente discutindo sobre a posição política de como será votado, como será a votação de cada um desses Parlamentares. Mas eu gostaria de esclarecer alguns pontos, Sr. Presidente. A quebra do sigilo fiscal, em tese, nós já temos. O Ministério da Fazenda disse que não poderia nos informar, por exemplo, a lista com os insumos importados e seus valores, mas o outro Ministério que cuida deste aspecto nos encaminhou — e eu tenho cópia aqui e está na Comissão para quem quiser cópia, pois, até então, só eu e a Deputada Vanessa queremos, requisitamos as cópias. Ora, então, nós não precisamos mais do aspecto do sigilo fiscal sobre este. Ninguém declara ao Fisco, Sr. Presidente, e isso é público e notório, e qualquer advogado, ora, pode fazer um estudo completo, e, principalmente os laboratórios, amplamente assessorados, jamais declarariam ao Fisco aquilo, Sr. Presidente, que não se pode justificar. Caso contrário que nas contas bancárias não existe uma fiscalização, como existe a fiscalização da Receita

Federal em relação ao Fisco. Esclareço mais, Sr. Presidente. A quebra do sigilo bancário é tão ou muito mais importante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Peço a V.Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Vou concluir, Sr. Presidente. Do que o sigilo fiscal. Com a quebra do sigilo bancário, nós teríamos a movimentação das contas. É muito fácil, tira, subtrai as saídas das entradas. Quanto sobra? Pega, no sigilo bancário, também, a CC5. Vê quanto a empresa mandou. A sobra, com certeza, vai ser o valor que foi declarado ao Fisco. E, para concluir, Sr. Presidente, para concluir, nós não saberemos os laboratórios a quem foram pagas as importações pelo Fisco. Por quê? Porque os pagamentos são feitos com transações bancárias normais e não pela CC5, como alguns andam pensando. Por isso, também, é importante a quebra do sigilo bancário. E quando se fala, Sr. Presidente, que a CPI do Narcotráfico pode ter ficado desmoralizada em relação às quebras dos sigilos que pediram, como já foi dito a esta Comissão, como exemplo, para que não se quebrassem os sigilos bancários e fiscais, Sr. Presidente, eu devo esclarecer que cerca de mais de quatrocentos pedidos foram feitos de quebra de sigilos bancários, fiscais e telefônicos, pela CPI do Narcotráfico. Cerca de somente vinte, ou seja, cerca de somente 5% foram dadas liminares e não canceladas as quebras de sigilos. Mais do que isso, assim que respondidas, o Supremo tem liberado à CPI a quebra dos sigilos. E, até o momento, se não me falha a memória, dos vinte que entraram no Supremo, o Supremo já liberou doze à CPI, que continuasse com a sua investigação. Então, não é verdadeira a afirmação de que pode se desmoralizar em relação ao Supremo Tribunal Federal, pois a lei, a Carta Magna é bem clara, como existem estudos que eu espalhei a todos os Parlamentares aqui, estudos jurídicos, quando dá à CPI o poder de justiça e, mais do que isso, dá à CPI claramente o direito de quebra de sigilo bancário e fiscal, sempre que existir um assunto que seja inerente a sua quebra. E, ora, Sr. Presidente, dizer que uma CPI que analisa sobre preços, uma CPI que tem que apurar sobre abuso de preços, não já está incluso na sua própria criação analisar as contas e as planilhas? Ora, eu fiz Direito, e acho que não aprendi nada, se isso já não bastasse, além de todos as outras argumentações que já foram colocadas pelos Parlamentares que apresentaram aqui os seus requerimentos e, mais do que

isso, as argumentações que, inclusive, podem ser colhidas através de matérias jornalísticas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o nobre Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. membros da Comissão, eu tenho prestado muita atenção em todos os debates, em toda a matéria discutida aqui e até tinha me proposto a não tecer comentários. Mas a mim ficou claro que houve uma proposta apresentada a esta Presidência pelo Deputado Geraldo Magela, onde nós apreciaríamos o requerimento do nobre Relator, onde apenas quebraria o sigilo fiscal e logo em seguida apreciaríamos os demais requerimentos constantes do mesmo assunto, isto é, das quebras de sigilos. É o que ficou claro pra mim e que foi aprovado por unanimidade por esta Comissão. Agora, vir aqui, como alguns companheiros, dizer que nós devemos começar apenas com a quebra do sigilo fiscal e deixar os outros sigilos pra poder ir quebrando paulatinamente à medida que for-se apurando os casos! Eu quero colocar aos senhores: Meu Deus, o que se lança nas contabilidades? Não é apenas aquilo que interessa apresentar ao Fisco? Como poderemos fazer provas contundentes e reais de que, de fato, haveremos de apurar alguma coisa concernentes a esses laboratórios, se não quebrarmos os seus sigilos bancários? Eu não estou entendendo, quando tem colegas aqui, Sr. Presidente, que diz que não vai, vai... é um volume de serviço muito grande. Ora, nós somos vários Parlamentares, vamos dividir os serviços, vamos dividir aqui em subcomissões e atuar juntos também, apurarmos aí o detalhamento dessas quebras de sigilos fiscais, bancários e telefônicos. Dizer também que não há necessidade da quebra do sigilo telefônico! Ora, é muito importante inclusive para se verificar o relacionamento de um laboratório com outro com suas distribuidoras, com os bancos. Ora, é muito interessante, por quê? Nós estamos apurando um fato concreto real que tá indo de encontro à sociedade brasileira, ela reclama uma atuação desta Comissão, os preços dos medicamentos, quando todos os jornais anunciaram, todos meios de comunicação anunciaram de que houve um aumento efetivo dos preços do medicamentos e uma redução efetiva dos insumos, da matéria-prima. Quem tá ganhando com isso? Eu creio, Sr. Presidente, que esta Comissão é muito sensível. E eu peço a V.Exa., nessa minha questão, nesta minha palavra, que vamos colocar em votação o Requerimento de nº 49 do Deputado

Fernando Zuppo, tem o meu apoio, peço o apoio desta douta Comissão para que possamos quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico dos vinte e um laboratórios. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o nobre Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, Sr. Relator e demais pares da Comissão, eu não compartilho da preocupação de que se a CPI propuser a quebra de sigilo fiscal e telefônico e bancário isso viria em detrimento da imagem, visto que se parte do pressuposto que o Supremo poderia acatar algum tipo de requerimento. Dito isso, quero dizer àqueles companheiros aqui da CPI que têm essa preocupação que há mecanismos de nós atingirmos o objetivo fundamental que é a investigação, no que diz respeito à remessa de lucros, superfaturamentos, aquilo que é o não-pagamento de eventuais impostos, como Imposto de Renda e assim sucessivamente. Ainda vai estar faltando, por exemplo, a planilha de custos. O que eu quero sugerir, portanto, para que nós possamos deliberar com absoluta tranquilidade e creio até por consenso? Veja, eu tentei que a discussão fosse anterior para que nós não ficássemos nesta situação. Por que? Nós aprovamos o requerimento proposto pelo Sr. Relator. Se nós viermos a aprovar agora, e se depender do meu voto será aprovado, o requerimento do Deputado Zuppo, cria uma contradição, porque significa que nós estaremos anulando aquela votação anterior. Então, eu tentei, não foi possível, mas agora ainda no sentido de nós buscarmos atingir aquilo que é o sentimento majoritário na Comissão, que o requerimento proposto pelo Deputado Zuppo fosse repartido em três requerimentos. Ou seja, aquilo que tá contemplado nós não vamos votar, o fiscal tá resolvido, se... E vamos votar depois da quebra específica do sigilo telefônico. Se aprovado os três, vamos admitir a hipótese que eu defendo que é quebrar o fiscal, o bancário e o telefônico. Vamos admitir por hipótese que as empresas recorram ao Supremo. Elas até poderão ganhar, mas pela pior hipótese. Bom, o sigilo bancário, vamos admitir essa hipótese, não pode ser quebrado porque não tá bem fundamentado, mas não anulará a quebra do sigilo fiscal, não anulará a quebra do sigilo telefônico. E nós poderemos, num futuro, retomarmos a proposta. Então, eu proponho que a gente vote a quebra do sigilo bancário e a quebra do sigilo telefônico de acordo com a proposta do Deputado Zuppo, e aí vamos, após a votação, se aprovado, se recorrerem e se porventura nós dermos azar de alguém ganhar alguma liminar, não

vai ganhar do todo. Portanto, eu acho que isso não atrapalharia o trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Com a palavra o Deputado Mosconi.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, eu gostaria de entender melhor as ponderações do Relator. Então, eu gostaria, depois das minhas palavras, ouvir, se for possível, a palavra do Relator. É pelo seguinte, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu não tô conseguindo entender com exatidão, talvez, o que significa apenas a quebra do sigilo fiscal. Bom, se nós estamos querendo saber e temos já indícios muito bem fundamentados de que muitas dessas empresas citadas aqui elas praticam o superfaturamento e a remessa exacerbada de lucros, eu entendo, Sr. Relator, que só a quebra do sigilo fiscal não seria suficiente para que nós chegássemos a uma conclusão. Bom, elas podem, sob o ponto de vista fiscal, contábil, elas podem perfeitamente estar totalmente corretas. Porque algum tempo atrás existia CACEX, por exemplo, então, toda remessa de recursos do Brasil para fora do Brasil era dado pelo CACEX. Então, o País tinha, com facilidade que não tem hoje, o controle desses recursos que eram enviados para fora do Brasil. Hoje, não. Então, o que eu entendo que se nós quebrarmos só o sigilo fiscal nós não vamos saber, não; se elas estão sonegando, nós não vamos ter indício nenhum, Sr. Relator, de que esse dinheiro está sendo enviado para fora do País. Então, eu até entendia que a quebra do sigilo bancário seria mais importante que a quebra do sigilo fiscal. Eu acho que sob o ponto de vista do que esta CPI objetiva, ela daria muito mais esclarecimentos do que a quebra do sigilo fiscal. Então, veja bem. Eu acho que nós estamos fazendo um serviço positivo ao nosso País propondo a quebra do sigilo bancário. Se o Relator me disser: "Não, Deputado, mas nós não temos essas vinte e tantas empresas que não têm indício de que isso deva ser feito", bom, mas se não forem vinte, que sejam quinze, dez, enfim, acho que tem que ser bem fundamentado. Mas partindo do princípio de que não devamos quebrar o sigilo bancário dessas empresas, Sr. Relator, me parece que vamos cometer um erro. Vamos cometer um erro e vamos prejudicar o trabalho desta CPI. Era isso que eu queria dizer e gostaria de ouvir o Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Relator para prestar os esclarecimentos solicitados pelo Deputado Mosconi.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando a gente faz um coquetel de política, de posição política — que não é o caso do Deputado, mas de um modo geral —, de posição ideológica com a economia, as coisas ficam meio amargas. Nós, aqui, estamos investigando um fato econômico. Nós não estamos investigando sonegador contumaz, bandido já com indícios. Pode até vir a ser, mas nós não temos ainda sinais disso para termos uma mentalidade policialesca de que nós acusamos para a pessoa se defender depois. Estamos investigando. E nesta investigação nós estamos atrelados a princípios constitucionais e legais. O Supremo Tribunal Federal, ele exige, e a lei e as decisões do Supremo dizem sempre: "Na quebra dos sigilos, das três espécies, tem que haver individualização e tem que haver fundamentação". Individualização, supostamente, nós teríamos, na medida em que a reunião de São Paulo nos dá o grande indício de uma estratégia para formação de um cartel de medicamentos, no Brasil, e uma ação dirigida contra medicamentos genéricos. Então, com a informação que nós recebemos do Ministério do Desenvolvimento, da Secretaria de Comércio Exterior, nós temos também indícios veementes de que insumos farmacêuticos estão sendo importados com preços altamente diferenciados: 3.000%, 4.000% de diferença. Então, eu fui — com a autorização do Sr. Presidente — à Secretaria da Receita Federal e comuniquei aos senhores membros desta CPI. Passei lá duas horas e meia, se não me engano, o assessor da Secretaria está aqui presente também, Dr. Maurício, que assistiu ao entendimento. E indaguei aos técnicos com quem estive reunido: "A Comissão tem indícios, até agora..." Eles perguntaram: "O que é que vocês têm indícios para investigar?" Eu disse: "De superfaturamento e remessa ilegal de lucros para o exterior; e partimos do paradigma de que estas vinte e um empresas seriam, em termos de indícios, as certamente mais envolvidas". Então, me dizem os técnicos da Receita Federal: "Quebrando o sigilo fiscal nós ingressamos na contabilidade da empresa ". Não vai ingressar só na guia de pagamento do Imposto de Renda; tem acesso à contabilidade da empresa, a toda a vida da empresa; e nós vamos estabelecer, inclusive, relações com preços internacionais, que a Receita dispõe dessas informações, para explicar as disparidades de uns importarem por mil e outros importarem por cem. Me dizem os técnicos que desta maneira, a partir dos fundamentos, dos indícios que nós temos, eles poriam uma equipe para fazer este trabalho, desde que houvesse um critério, e chegaria a esclarecer

superfaturamento, esclarecer sonegação, esclarecer remessas de lucros. Até porquê remessa de lucro é isenta e quando não é isenta tem a conta CC5, que é clara, como foi dito, aqui, pelo Presidente do Banco Central. Então, nós não temos que estar criando mistério sobre uma coisa que o Governo brasileiro tem a estratégia, dita pelo Presidente do Banco Central, de que prefere que seja transparente do que fechado. Quando se propôs, aqui, um dos companheiros, que se acabasse com a conta CC5, e o Presidente do Banco Central disse claramente: "Eu preferi que ela seja aberta do que fechada, porque é uma maneira mais fácil de se ter acesso à lavagem de dinheiro, etc.". Então, eu me convenci, diante destes argumentos, primeiro, do que a Comissão tem de prova indiciária: superfaturamento, remessa de lucro, uma suposta sonegação fiscal. Como? Gastando muito com compra de matéria-prima, baixando a base do pagamento do Imposto de Renda. Me dizem os técnicos da Receita: "Nós temos todas as condições, com a quebra do sigilo fiscal, de chegarmos a uma conclusão e informarmos a CPI. E mais: foi aventada também uma preocupação, que é uma regra jurídica de isonomia. Você quebra o sigilo fiscal pra quê? Porque você tem a reunião de São Paulo. Mas, se você quebra o sigilo bancário ou o sigilo telefônico, por que não quebra dos demais também, de todas as outras empresas, das nacionais, das transnacionais, porque haveria um tratamento desigual..."

(Não identificado) - Eu aceito a proposta (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Nós estamos tomando, como paradigma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ... para quebrar o sigilo fiscal, uma forma... uma tentativa presumida de formação de cartel, cujo cenário eram atores vinte e um empresas. Mas por que só essas empresas vão ter todos os sigilos quebrados e as outras não? Para nós estendermos às outras... Podemos fazê-lo, mas temos que ter elementos. Nós não podemos agir em busca das luzes da televisão, porque a opinião pública nos aplaude hoje. Quando houver desabastecimento, amanhã, quando o dólar subir, quando a economia for incendiada, nós seremos responsáveis aqui. E vão dizer: "Onde é que está a responsabilidade desses Deputados, requerendo devassas de toda ordem, sem ter sequer o mínimo de indício?" Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muita franqueza, a posição que eu assumo, com toda a transparência, é a seguinte: a qualquer

momento, nós poderemos votar todas as outras formas de sigilo, quebra... com relação inclusive a outras empresas que não sejam essas vinte e um. Nada fica prejudicado. Por quê? Porque, amanhã, um depoimento aqui pode justificar. Amanhã, uma prova que venha para a Comissão pode justificar. Agora, hoje, a proposta que eu fiz foi que nós começássemos dentro do que nós dispomos aqui, em termos de elementos indicativos, de indícios, de presunção, de superfaturamento, de transferência de remessa de lucro, de sonegação do Imposto de Renda. Suposições, mas suposições que nós temos uma base fática, que é a disparidade dos preços na importação dos insumos. Agora a Receita Federal, ao me dizer que terá acesso à contabilidade, às cópias de cheque, ao pagamento do imposto, às guias, às notas fiscais... Inclusive, fizeram uma diferença. Nós vamos examinar a nota fiscal de compra do insumo e vamos examinar a guia de importação, porque pode haver uma disparidade: a nota fiscal ser uma e a guia de importação ser outra. Aí, sim, haveria uma prova de remessa. Porque a remessa, Sras. e Srs. Deputados, se nós viermos a constatar, não é com quebra de sigilo bancário. Nós vamos comprovar remessa pelo superfaturamento. Na hora que houver o superfaturamento configurado, a remessa está configurada. Nós não vamos atrás da conta bancária porque a conta bancária já pagou aqueles valores ao exterior e transformou em moeda, em libra, em dólar, ou o que for. Então, essas coisas foram ponderadas não por mim, mas pelos técnicos que me assessoraram. E eu sei que o fato político é envolvido de muita emoção, e a gente procura, a todo momento, prestar serviço, mas eu faço um apelo à Comissão no sentido do bom senso. Aqui não quer dizer que não se possa quebrar todos os outros tipos de sigilo depois. Podemos quebrar vinte e quatro horas depois, amanhã, até no final dessa reunião, se alguém chegar aqui com uma prova. Agora, fazê-lo agora, nós vamos ter, perante o País, a grande manchete que estamos fazendo uma grande devassa em vinte e uma , em quarenta, em cinqüenta empresas, que podemos ter projeção negativa no próprio funcionamento da economia. E a quem interessar isso será muito bom, mas a quem tiver responsabilidade com o País, será um fator negativo e desagregador para o nosso País, num momento em que nós temos que ter equilíbrio, bom senso e segurança jurídica, para adotarmos as nossas posições. Eu, pessoalmente, não tenho nenhum problema de ser voto vencido, até porque a sugestão das vinte e uma empresas eu fiz a título de sugestão, mas pode ser quarenta, pode ser cinqüenta. Eu não tenho nenhuma pré... desejo preconcebido

de indicar. Agora lembro que, se outra razão não houver, a quebra de outro sigilo bancário, telefônico... Porque, se tivesse mais dez sigilo a quebrar, se pediria pra quebrar todos os dez sigilos, pra mostrar que a gente está querendo investigar. Mas aí, certamente, daria uma base jurídica legal e fática que poderia resultar num efeito bumerangue até em prejuízo da própria Comissão e da investigação. A quebra do sigilo fiscal iniciado não impede que a gente peça concomitante do bancário, concomitante do telefônico. Agora me parece apressado e um desserviço à tarefa de investigação que nós estamos fazendo querermos ampliar esse, esse espectro de quebra de sigilo, que, se for para atingir objetivos políticos, é muito bem-vindo, mas, se for para investigação, eu não acredito que se avance nada. Pelo contrário, vamos estimular o pânico e vamos incendiar o circo.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu, peço, eu vou dar imediatamente a palavra ao Deputado Magela, porque eu inscrevi aqui Deputado Magela, Deputado Linhares, Deputado Max Rosenmann, Deputada Vanessa e Deputado Salatiel. Eu queria era prestar o seguinte esclarecimento: os Srs. e Sras. Deputados têm visto que, apesar de tudo que eu faço aqui, eu tenho procurado buscar um consenso, tomar decisões firmes... é... E os Deputados não tem faltado nisso. Eu acho que essa Comissão tem granjeado o respeito da imprensa, do País, pela forma com que vem sendo conduzida. Nós — e eu vou dar a palavra —, nós tamos diante do seguinte, do seguinte fato, do seguinte fato: qualquer decisão que nós venhamos tomar — vejam, na última reunião, nós tínhamos uma decisão que nós estávamos divididos com relação à Uberlândia. A gente protelou e conseguiu chegar a um consenso. Pois bem, hoje nós tomariámos uma decisão aqui, derrotando, se ganhar, o Sr. Relator. Ou o Sr. Relator — eu peço a atenção disso, viu? — ou então, derrotando o Relator, ou então o Relator derrotando a Comissão. É, eu acho que isso não constrói, isso não resolve. Quer dizer, eu queria pedir aos Deputados pra nós adiar. Vamos ouvir, vamos adiar essa matéria pra ver se a gente amadurece. Porque, se nós não amadurecermos...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, era esse o apelo que eu ia fazer, mas então já pode cancelar a minha inscrição.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu quero fazer questão de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou dar a V.Exa. a palavra, mas eu tô prestando esclarecimentos que nós vamos tomar uma decisão: ou contra o Relator, o que enfraquece (*ininteligível*). O Relator teve já dez manifestações aqui contrárias, contrárias à quebra do sigilo. Entendeu? Neste momento, quebra de sigilo. Quer dizer, então, o que eu queria ponderar aos nobres colegas é que, se nós avançarmos nisso, as decisões que nós acabamos de tomar, que foram unâimes, sólidas, consistentes e tudo o mais, elas quebrariam porque nós nos dividiríamos. Mas eu asseguro a palavra ao Deputado Magela para, pela ordem, Deputado Linhares posterior, Rosenmann, Vanessa e Salatiel.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu quero começar dizendo que eu tenho uma concordância com o Sr. Relator. A concordância é de que, quando as questões de análises políticas se misturam com as questões de análise de encaminhamento, normalmente a questão política se sobressai, prevalece e acaba prevalecendo de fato a visão política. E é exatamente por isso que eu acho que nós não podemos fazer aqui a votação apenas pela análise política. Mas nas demais questões, eu discordo frontalmente do Sr. Relator. E quero mostrar o seguinte: Deputado Tuma, eu sou bancário, assim como V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É honra nossa.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - E sabemos muito bem que o sigilo bancário protege exatamente aqueles que precisam de proteção, e não aqueles que poderiam , abrir mão do sigilo bancário. Eu quero dizer que eu particularmente, tenho o meu sigilo bancário aberto há oito anos. Especialmente, quando entrei aqui, a primeira providência foi abrir o meu sigilo bancário. E quero dizer ao Sr. Relator que é verdade em parte, mas não é plena verdade que a análise das planilhas de importação e exportação seja suficiente pra analisar as operações destas empresas, até porque são empresas multinacionais. São empresas que fazem movimentação de importação exatamente dentro da lei e dificilmente, dificilmente, pelas análises das guias de importação, nós podemos, até, comprovar o superfaturamento. Mas se formos analisar o faturamento de importação na movimentação dessas empresas, provavelmente será um item de muito pouca relevância na formação dos custos. Então, não é possível dizer que seria irresponsabilidade — aí, eu tenho que discordar profundamente do Sr. Relator — que agora com a quebra de sigilo bancário de vinte e um laboratórios

multinacionais nós estariamos correndo o risco de abalar o abastecimento de medicamentos no Brasil. Com que base é feita essa afirmação pelo Sr. Relator? Carece de qualquer comprovação técnica, científica. Não há possibilidade. A menos que, aí, sim, se caracterize definitivamente não apenas a formação do cartel, mas a formação de um processo de boicote não apenas à fiscalização desta CPI, mas à própria soberania nacional. Não acredito que isso vá acontecer, porque aos laboratórios interessa lucro. A eles interessa lucro, e o Brasil é um país que garante a eles lucro. O que esta Comissão pode ser acusada até por excesso. Ela jamais pode ser acusada é de omissão. Ela pode até ser acusada de ter quebrado o sigilo bancário e não ter chegado a nenhuma comprovação. Agora, o que não se pode é dizer que ela deixou de quebrar o sigilo bancário porque não tinha informações suficientes pra isso. A possibilidade da formação de cartel já é uma prova suficiente. A evidência de sub ou superfaturamentos em importações de insumos básicos é outra. Então, nós temos que quebrar o sigilo bancário e telefônico, sim. O Deputado Arlindo Chinaglia fez uma ponderação de dividir o requerimento do Deputado Zuppo — que se ele concordasse também não teria nada a opor —, como eu quero dizer ao Presidente Marchezan: eu acho que o assunto já está por demais debatido, já temos condições de votar imediatamente. E eu até acho que deve ser votado nominalmente, deve ser voto nominal, pra que nós possamos, de fato, aceitar o desafio do Deputado Ney Lopes. Não considero que essa seja uma questão política ideológica. Longe de nós. Esta CPI não tem-se pautado por isso. Ao contrário. Aqui, temos... Eu até disse outro dia que o Deputado Linhares tinha uma posição muito mais firme de crítica ao Governo do que a minha. E eu que sou oposição ao Governo e o Deputado Linhares da base de sustentação do Governo, o que demonstra que, se há choque, é entre os que apóiam... Então, não há posição ideológica nessa questão, Sr. Presidente. Por isso, eu quero dizer que considero de fundamental importância para que esta CPI não peche por omissão, não lhe falte dados suficientes para aprofundar na investigação. Eu que quero dizer, Sr. Presidente, apresentei, hoje, um requerimento para convocar os presidentes dos laboratórios. Só que eu considero que eles devem vir só depois de nós termos recebido os documentos bancários, os documentos fiscais e analisados. Não adianta eles virem antes. E também, Sr. Presidente, apresentei um requerimento— e gostaria, até, de ver votado hoje ou, no máximo, amanhã — requisitando funcionários da Receita Federal e do Banco Central para nos auxiliar na análise

desses documentos. Eu quero concluir dizendo a V.Exa. que pequemos por excesso, mas jamais pequemos por omissão. Vamos votar pela quebra de sigilo telefônico e bancário desses laboratórios e que eles torçam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Para concluir, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ... e que eles torçam pra que não tenha nada nos seus documentos que comprovem culpa. Se não tiver, nós estaremos demonstrando que eles não têm nenhuma culpabilidade. Mas não vamos deixar de investigar por falta de informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V. Exa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sr. Presidente, como autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Como autor, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sr. Presidente, esse requerimento, na verdade, a essas alturas, ele já não mais me pertence. Na verdade, ele foi adotado por uma grande parte deste Plenário, como também não foi por outra. Eu queria fazer algumas observações antes de lhe fazer uma proposta: primeiro, queria dizer ao Relator que o que me norteou na elaboração desse requerimento foi o mais profundo equilíbrio e bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não tenho a menor dúvida. Ninguém duvida disso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Jamais... O Relator, me parece que colocou isso em dúvida na sua argumentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Foi a (*ininteligível*.)

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Pois é. Mas deixa eu colocar. Eu o ouvi e ele, com certeza, me ouvirá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria prestar uma homenagem a V.Exa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Não, não há necessidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Está bom. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Eu queria dizer também que de forma alguma algum Deputado desta Comissão está defendendo esse requerimento por problemas políticos. Esse requerimento está sendo defendido por Deputados da base do Governo e da Oposição. Acho que a busca desta Comissão é, realmente, o combate aos preços altos. E nós temos que ter muita ponderação nas nossas colocações e nas nossas argumentações, pra que nós não dividamos esta Comissão em Situação e Oposição. Então, era importante que isso fique registrado. Se o problema é da individualização e da fundamentação dos pedidos, os mesmos argumentos que individualizam e fundamentam a quebra do sigilo fiscal são aqueles que argumentam pra quebra do sigilo bancário. O Deputado Mosconi colocou pra mim admiravelmente. Eu acho, continuo achando, que dificilmente você levará a cabo uma... a quebra de um sigilo fiscal se você não tiver o acesso à contabilidade, o acesso à conta bancária. E digo isso como bancário, ex-bancário que sou e afeito a esse trabalho. Então, não concordo com o Sr. Relator de maneira alguma. E acho que escolher vinte e um laboratórios foi aquilo que nós tínhamos indícios em cima daquela reunião do dia 27 em São Paulo. Poderão ser amanhã quarenta, como poderá não ser nenhum. Mas em vista dessa divisão que está havendo, Presidente, e buscando o consenso, tentando colaborar com V.Exa., e foi-me ponderado agora que se eu levasse isso a termo e colocasse em votação nós ganharíamos, mas não acredito que seja esse o escopo da minha atuação dentro desta Comissão. O que eu quero é buscar, realmente, uma maneira de se abaixar o preço do medicamento, de melhorar a sua qualidade e também de punir os faltosos, sejam eles elementos do Governo, ou sejam eles laboratórios. Eu não sei como que nós teremos acesso à Secretaria da Receita Federal na obtenção desses documentos. Mas o Sr. Everardo Maciel tem um requerimento convocando pra que ele venha depor aqui, porque, quem sabe, a Secretaria da Receita Federal já pudesse ter verificado que nós estamos atrás há muito tempo e não verificou. Então, nós temos que ter soberania e independência disso. Mas eu queria propor a V.Exa. o adiamento da votação desse requerimento por uma semana, pra que nós, na primeira sessão deliberativa, nós buscássemos um acordo aqui fora, mas que não fosse, de maneira alguma, descartada essa hipótese. Eu sinto... Sei que alguns Deputados...Sei que alguns Deputados podem não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Deputado Fernando Zuppo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sei que alguns Deputados podem não concordar, mas eu tô sendo ponderado, Presidente, equilibrado, no sentido de que nós mantenhamos a hegemonia e que nós busquemos juntos isso.

(Não identificado) - Muito bem.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Vi o movimento partindo de um Deputado do Governo na tentativa de esvaziar a Comissão pra cair o **quorum**. Não acredito que nós precisemos chegar a isso, Presidente. Acho que não é por aí o caminho. Gostaria, até, que V.Exa. buscasse esse Deputado, conversasse com ele, pra que nós discutíssemos aqui. Não acredito que o Governo precise fugir do plenário pra não discutir esses assuntos. Tem que ser, aqui, na Mesa. Certo? Então, eu não estou retirando definitivamente. Eu tô propondo a V.Exa., como autor do requerimento, o adiamento dele de uma semana. Mas eu estou convencido, continuo mais convencido pelas argumentações do Relator e de diversos Deputados, aqui, de que nós vamos ter que partir pra quebra dos três sigilos: do fiscal, do telefônico e do bancário. Essa é minha proposta, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Pela ordem , Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu agradeço as palavras ponderadas, como sempre, do Deputado autor do requerimento e vou prosseguir naqueles Deputados que haviam pedido a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Pela ordem, Sr. Presidente. Sobre esse assunto do Deputado Fernando Zuppo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas é sobre o assunto que estamos... Eu tô ouvindo todos. Se for um minutinho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Vou pedir a retirada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Neuton... Eu peço a compreensão do meu querido colega, tá?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Meu Presidente, toda a compreensão, apenas para cumprimentar a atitude do nobre Deputado Fernando Zuppo. Entendendo da pujança da matéria, ele faz a solicitação a V.Exa. que prorogue por uma semana a discussão e a votação deste requerimento. Eu quero, aqui, cumprimentar a atitude sábia, prudente do nobre Deputado Fernando Zuppo. Eu creio que esta Comissão saberá apreciar isso aí tudo nessa maneira... com essas conformidades a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Muito obrigado a V.Exa., Deputado. Com a palavra o Deputado Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas, eu vejo, com entusiasmo, e a eloqüência dos meus companheiros merece ser ressaltada durante essa nossa tarde, como diz o nosso Presidente, quase noite. Mas eu prestei muita atenção ao Sr. Relator quando ele disse que estava propondo uma metodologia de trabalho. Ele não estava impondo, em absolutamente, um ponto de vista pessoal. E quando a gente estuda metodologia dentro da faculdade, a gente sabe que tem o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto ponto. Não é assim que se estuda? Então, eu penso que a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico virão como consequência. Isso não tem dúvida nenhuma. Isso será... Eu chamaria dentro da ordem pedagógica que esta Comissão deve seguir, dentro da didática que ela deve seguir, isso virá como consequência, eu diria, natural. Então, o Sr. Relator falou em dois aspectos, que eu achei fundamental: primeiro, ele falou na economia processual, e, em segundo lugar, falou na metodologia que ele gostaria de seguir. Existe agora, aqui, uma divisão. Eu achei, assim, tão sábia a posição do nobre Deputado Fernando Zuppo quando ele, neste instante, sereno os ânimos, retira por uma semana. O Sr. Relator, durante essa semana, vai ter, com certeza alguns elementos a mais para nos trazer a esta Comissão, e talvez, no momento em que o Sr. Relator comece a fazer o exame das anotações que lhe vão ser oferecidas na quebra do sigilo fiscal, já vinha embutida a necessidade de rompermos o serviço bancário, o serviço telefônico. Então, eu queria dizer que nós colocássemos em votação o que o Relator propôs e o que o nosso Deputado Fernando Zuppo está propondo: adiar por uma semana e votarmos o que está em pauta agora, neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero dizer a V.Exa. que vou propor tão logo eu escute mais três Deputados que estão inscritos...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Sr. Presidente, pela ordem. Eu acho que estou inscrito. Inclusive, eu retiro o meu nome até para poder adiantar a votação.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu quero, eu quero para um esclarecimento. O requerimento do Deputado Ney Lopes já foi votado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Sim.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - O autor está retirando agora o seu.

O que que nós vamos discutir? Nada. Pelo amor de Deus!

(Não identificado) - Como se eu tivesse pedido vistas ao processo. Acho que acaba a discussão.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, eu gostaria que fossem garantidas as inscrições dos Parlamentares...

(Não identificado) - Encerra a discussão, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas já retirou, não tem o que discutir mais.

(Não identificado) - Encerra a discussão. Retirou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Veja V.Exa. que até as oposições se dividem, entendeu? Em votação o requerimento. Os que quiserem, estiverem de acordo com o Deputado Zuppo permaneçam como se encontram.
(Pausa.) Aprovado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu sou contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sem prejuízo de assegurar a palavra a quem quiser falar agora. Decidido o adiamento.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, eu gostaria que constasse o meu voto contrário ao adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Um voto contra do Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sou contrário ao adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Já está registrado, nobre Deputado. Eu consulto se o Deputado Max Rosenmann quer falar? Com a palavra o Deputado pela ordem. Obrigado, Deputado Alceu. Dividimos as Oposições, mas decidimos. (Risos.)

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Sr. Presidente, eu gostaria de colocar aqui a minha posição de forma muito rápida e objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Alô. Eu peço, eu peço... Nós ainda... Eu pediria assegurar a palavra ao nobre Deputado Max Rosenmann... Um minuto, por gentileza, Srs. Deputados. Eu vou dar uns rápidos avisos depois, aqui...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, nós não teremos votação dos requerimentos de Uberlândia, na seqüência, de convocação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Podemos entrar. Mas...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - É só votação, Sr. Presidente. Não tem discussão.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu proponho que amanhã continuemos votando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Com a palavra o Deputado Rosenmann, por gentileza.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMAN - Eu gostaria, de forma muito rápida, pedir aqui a atenção dos amigos no sentido de eu colocar o meu ponto de vista. Me chamou muito a atenção nos vinte e um nomes dos laboratórios que somente sete são sociedades anônimas e o restante são limitadas, o que demonstra, assim, uma certa esperteza em alguns grupos multinacionais. Mas foi muito importante a colocação do Relator, na questão da sua tese defendida, o critério defendido, a metodologia defendida, e também o depoimento da sua visita na Receita, o que demonstra a maturidade da decisão sobre essa questão do sigilo fiscal, que já foi antecipadamente na Receita pra preparar o caminho da sua pesquisa e levantamento de dados. Eu não acredito em desabastecimento, em qualquer situação, por parte desses laboratórios, porque o mercado brasileiro é muito grande e muito forte e pra bobo eles não servem. Porque se eles fizerem o desabastecimento, eles vão dar todos os motivos do mundo pra esta Comissão agir com o rigor da lei. E por isso que eu me reservo atenciosamente ao trabalho que a Comissão vai nesta incursão fiscal, que eu fiz a pergunta exatamente pra entender a que objetivo seria essa quebra fiscal. Dou razão ao Relator, e estaremos aqui atentos no sentido de nos aprofundarmos ao sigilo bancário e ao sigilo telefônico e todos os demais dados que nos fizerem necessários, desde que isso se justifique no **pari passu**, no dia-a-das das observações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Eu queria dar uma informação. Nós estamos, amanhã, na pauta, com a Dra. Maria Luísa (*ininteligível*), Secretária de Saúde do Rio Grande do Sul, o Dr. Décio Paz Peres e o Dr. Lunardi, que foram convocados esses dois Secretários. Como há um problema de lei federal, e são laboratórios públicos do Rio Grande do Sul, eu resolvi

hoje consultar a necessidade de vir o Dr. Gonzalo Vecina Neto, para examinar esse assunto. Então, eu telefonei ao Dr. Gonzalo, e ele se prontificou a vir. Como eu não havia submetido esse nome à Comissão, eu gostaria de consultar se os senhores concordam que, em se tratando da aplicação da Lei da Vigilância Sanitária em farmácias de manipulação, são pequenos laboratórios públicos espalhados no Rio Grande, fosse de bom alvitre que viesse o Dr. Gonzalo. Se os senhores concordarem, eu vou convocar. Se os senhores discordarem...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu quero fazer uma observação. Eu tenho protocolado hoje um requerimento convocando o Dr. Gonzalo Vecina pra vir a esta Comissão dar esclarecimentos sobre liberação e registro de medicamentos que o Sr. Aparecido Camargo classificou como BOs e porcarias. Eu acho que a vinda dele aqui amanhã é inoportuna. Eu acho que é uma questão de uma experiência do Rio Grande do Sul e, se ele vier, fatalmente a vinda dele ficará focalizada sobre a questão da liberação dos tais dos BOs e porcarias. E eu acho que ele não deve vir mais como convidado. Eu acho que a vinda do Dr. Gonzalo Vecina aqui tem que ser como depoente, tem que ser como convocado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu respeito a opinião de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Deixa eu só concluir, Sr. Presidente, por favor. Então, eu quero dizer a V.Exa. que eu tenho total discordância com a participação do Dr. Gonzalo na audiência de amanhã. E quero até pedir a V.Exa., se possível, votar ainda hoje o requerimento de nossa autoria, convocando o Dr. Gonzalo para vir aqui dar esclarecimentos sobre a liberação dos BOs e porcarias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Em primeiro lugar, eu desejo, antes de votar a segunda, colocar em votação esta proposição, que é um complemento. Se o Dr. Gonzalo deveria vir, porque vai ser suscitado pela Secretaria do Rio Grande do Sul de que ela estaria aplicando a lei federal. A experiência do Rio Grande não é pequena. São dezenas e dezenas de laboratórios. Um terço da população do Rio Grande é assistida pela produção de medicamentos a 10% daquilo que se pratica pelos laboratórios. Então, se vierem a ser fechados esses laboratórios, é realmente um golpe com os laboratórios públicos. E a Secretaria diz que é um problema também de responsabilidade do Governo

Federal. Então, eu não quero que a Sra. Secretária assuma a responsabilidade sozinha. Esse foi o sentido da idéia. Eu coloco aí se devemos ouvir ou não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu acho que o requerimento de convocação do Deputado Magela ele pode subsistir independente da presença do Dr. Gonzalo amanhã. Eu acho que não há prejuízo de nós votarmos o requerimento do Deputado Magela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Claro. Não há prejuízo nenhum de votar o requerimento dele. Não há prejuízo nenhum. Os senhores concordam que o Dr. Gonzalo...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente,

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - (*Ininteligível.*) ... vai comparecer aqui como juiz para dizer se está ou não (*Ininteligível.*), o que não é tarefa dele. Não é tarefa. Ele é da Vigilância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas, Deputado Alceu, eu não tenho nenhum problema, absolutamente nenhum problema em que ele não venha. O que acontece é que as ações do Rio Grande do Sul envolvem a aplicação da lei federal, cuja aplicação é da Agência de Vigilância Sanitária, Deputado Alceu.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas nós somos capazes de interpretar a lei federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nunca ninguém negou isso. Eu estava querendo era fazer uma reunião que conciliasse uma solução para o Rio Grande do Sul. Estava querendo era isso.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - (*Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Queria resolver o problema, Deputado Alceu, amanhã.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - (*Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas, Deputado Alceu, se a aplicação da lei está sendo feita pela autoridade federal, pela autoridade federal que está aplicando, nós podemos conciliar com essa autoridade. Não temos a autoridade de dizer pro Sr. Secretário que ele tem que fazer. Nós podemos conciliar.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ora, como não há unanimidade, e não foi entendido o espírito da questão, eu vou desconvocar o Dr.

Vecina para amanhã, entendeu? Acho que é em detrimento do entendimento, mas eu vou fazê-lo. Senhores, nós temos uma ordem de requerimentos. Começou a Ordem do Dia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra V.Exa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Muito obrigado, até que enfim. Não tive a oportunidade de falar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, na ordem. V.Exa. está absolutamente na ordem.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... a respeito da quebra de sigilo e não vou falar agora, Sr. Presidente, que a reunião já acabou, as atenções já estão para outro assunto. Falarei no momento oportuno, Sr. Presidente. Em relação ao encaminhamento de trabalhos, acho que não dá, pelo número que nós temos aqui, de continuar a reunião, tendo em conta que a própria Ordem do Dia já se iniciou. Então, eu consulto V.Exa.: não teríamos condições de continuar essa reunião de trabalho no dia de amanhã, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nós temos uma convocação amanhã. A **posteriori**, podemos tentar fazer depois da reunião.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É de manhã a audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É de manhã, às 10h.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Poderíamos marcar às 14h a reunião de trabalho, porque são muitos requerimentos importantes, Sr. Presidente, a ser analisados.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu acho que poderia ser às 9h. De 9h às 10h, nós fazermos a apreciação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Essa sugestão eu não vou aceitar, Deputado Magela, porque nós já fizemos uma reunião. Primeiro, os Deputados chegam tarde. E aí a gente fica naquele constrangimento de discutir. Então, é preferível que se faça uma reunião às 15h, por exemplo. Se os Srs. Deputados quiserem, faremos uma discussão às 15h para discussão de assuntos internos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, porque não na quinta-feira? Seria impróprio, de manhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Na quinta-feira nós teremos, pela manhã, o Dr. Rubens de Alcântara Bonfim, Presidente da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos — SOBRAVIME.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu acho o seguinte: como a pauta da semana já está previamente marcada, reunião hoje à tarde, amanhã pela manhã e quinta-feira também, a gente acaba assumindo outros compromissos. Se tiver reunião também amanhã à tarde, vai acabar atrapalhando a gente. Nós não temos só esse compromisso com a CPI, Sr. Presidente. Eu não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Estamos discutindo o assunto. Eu comprehendo que se fizermos uma reunião amanhã à tarde esvaziada também será ruim.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Uma proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Decidiremos amanhã, pela manhã.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria avisar que está programada uma ida ao Rio de Janeiro na segunda-feira, visitando, provavelmente pela manhã, a FIOCRUZ, especialmente o Far-Manguinhos, e depois do meio-dia, provavelmente, o INPI, com retorno à tarde. De forma que os Srs. Deputados que desejarem terão que se inscrever. Muito obrigado. Está encerrada a reunião e convocada uma para amanhã, às dez da manhã, para ouvir as pessoas nominadas no papel anexo, excluindo-se o Dr. Gonzalo Vecina.